

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA
CAMPUS VALENÇA
CURSO DE LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO

GUSTAVO TELES ROCHA

A FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA POLÍTICA:
JUVENTUDE, EDUCAÇÃO E ENGAJAMENTO ESTUDANTIL

VALENÇA
2026

GUSTAVO TELES ROCHA

**A FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA POLÍTICA:
JUVENTUDE, EDUCAÇÃO E ENGAJAMENTO ESTUDANTIL**

Projeto Integrador de Curso da graduação em Licenciatura em Computação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), *campus* Valença, apresentado como requisito para obtenção do grau de Licenciado em Computação.

Orientadora: Ava da Silva Carvalho Carneiro

VALENÇA
2026

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS DO IFBA, COM OS
DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)

R383p Rocha, Gustavo Teles

A formação da consciência política: juventude, educação e engajamento estudantil / Gustavo Teles Rocha ; orientadora Ava da Silva Carvalho Carneiro -- Valença : IFBA, 2026.

63f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Computação) -- Instituto Federal da Bahia, 2026.

1. Juventude 2. Educação. 3. Engajamento estudantil. 4. Subjetividade. 5. Consciência política I. Carneiro, Ava da Silva Carvalho, orient. II. TÍTULO.

CDD: 379.201

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho, com carinho, aos meus amigos e amigas, que permaneceram quando o caminho parecia pesado demais e que, com gestos simples, me ajudaram a seguir. Aos companheiros e companheiras de luta, que transformaram dúvidas em aprendizado e fizeram da caminhada coletiva um lugar de pertencimento, afeto e resistência. Dedico também a quem não conseguiu chegar até aqui.

À minha mãe, Jucelma Conceição Teles, que, mesmo sem conhecer os caminhos da educação superior, nunca deixou de estar ao meu lado, oferecendo apoio, força e presença. Foi com esse amor que consegui chegar até aqui. Hoje celebro essa conquista, mas sigo adiante, com firmeza, esperança e o compromisso de avançar cada vez mais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) e a seus docentes, em especial: Ava Carneiro, Diego Coutinho, Eduardo Cambruzzie, Eliete Barros, Keyla Cardoso, Luiz Cezar Miranda, Luciano Freitas Filho, Lúcio André da Conceição, Márcia Gonçalves, Márcia Rebeca, Mariana Amalia Silva, Marietta Barbara Bomfim, Rebeca Vivas, pelas contribuições acadêmicas, pedagógicas e humanas ao longo da minha trajetória formativa.

Aos servidores dos setores médico, psicossocial, de nutrição e à gerência de registros acadêmicos pelo cuidado, acolhimento e suporte oferecidos durante minha permanência na instituição.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por meio do Programa de Residência Pedagógica (PRP) e do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), pelo incentivo à formação docente e pelo apoio à minha trajetória acadêmica.

Ao Coletivo de Estudantes das Graduações do IFBA Valença, parte da minha energia e do meu legado. Que este trabalho contribua para a continuidade desse coletivo e que, em breve, o *campus* Valença conte com novas representações estudantis, ativas e fortalecidas.

Ao Afronte!, coletivo estudantil antirracista, feminista, LGBTQIAPN+, ecossocialista e anticapitalista, espaço onde me encontrei, me fortaleci e aprendi que ninguém se constrói sozinho. Por manter viva a coragem de sonhar e agir, mesmo em tempos difíceis.

A Fabiana Nascimento, que esteve presente desde antes do início da minha jornada acadêmica. Ao Rodrigo Santos, companheiro de luta, pelo apoio e contribuição na escrita do *abstract*. E aos (as) amigos (as) Alberty dos Santos, Diney Coutinho, Celeste Moraes, Fabrício Faal, João Paulo Campos, Larissa Costa, Moisés Nascimento, Rayla Santos, Renata Barreto, Tiele Reis e Vanessa Nascimento, pessoas que tive o prazer de desenvolver uma parceria, apoio e presença ao longo desse percurso.

Agradeço, de forma especial, à psicóloga Júlia Conceição, pelo acompanhamento, cuidado e suporte fundamentais durante este processo.

Agradeço a Deus e aos Orixás, divindades que me deram força quando mais precisei.

EPÍGRAFE

“É preciso estar atento e forte
Não temos tempo de temer a morte”
Divino Maravilhoso, Gal Costa, 1969

“[...] voltar a ter espaços...
que ouça, que valorize e
que se construa junto com a juventude [...]”
Orbicast, Erika Hilton, 2022

FOLHA DE APROVAÇÃO

GUSTAVO TELES ROCHA

A FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA POLÍTICA: JUVENTUDE, EDUCAÇÃO E ENGAJAMENTO ESTUDANTIL

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Licenciatura em Computação, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), campus Valença.

Aprovado em
Valença, 19 de Março de 2026

Banca examinadora:

Documento assinado digitalmente
 **AVA DA SILVA CARVALHO CARNEIRO**
Data: 30/03/2026 18:24:37-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. DRA. AVA DA SILVA CARVALHO CARNEIRO - Orientador
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Campus Valença

Documento assinado digitalmente
 **LUCIO ANDRE ANDRADE DA CONCEICAO**
Data: 30/03/2026 17:47:14-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. DR LÚCIO ANDRÉ ANDRADE DA CONCEIÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Campus Valença

Documento assinado digitalmente
 **MARIANA AMALIA DE CARVALHO CASTRO E SILVA**
Data: 30/03/2026 18:19:24-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. ME. MARIANA AMÁLIA DE CARVALHO CASTRO E SILVA
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Campus Valença

RESUMO

Esta pesquisa aborda a relação entre juventudes, educação e formação política, com ênfase nos processos de construção da consciência política nos espaços educacionais brasileiros. Parte da compreensão de que a experiência escolar constitui dimensão central nas trajetórias juvenis, podendo favorecer ou limitar práticas de engajamento coletivo. O estudo tem como objetivo compreender como produções acadêmicas publicadas entre 2021 e 2025 explicam os processos de formação e consciência política entre as juventudes no contexto nacional. Adota como metodologia a Revisão Sistemática da Literatura, a partir da análise de artigos científicos em língua portuguesa disponíveis no Catálogo de Periódicos da CAPES, selecionados segundo critérios de elegibilidade previamente definidos. Os resultados indicam que a formação política juvenil é concebida como processo relacional e situado, construído na articulação entre escola, universidade, movimentos estudantis e experiências coletivas. Evidencia-se que os conceitos de juventude e de política são mobilizados de forma plural, superando abordagens restritas à dimensão etária ou institucional. Conclui-se que o engajamento político juvenil depende de mediações pedagógicas, institucionais e subjetivas que reconheçam as juventudes como sujeitos ativos nos processos de escolarização, reafirmando a escola como espaço estratégico de disputa, participação e formação cidadã.

Palavras-chave: 1. Juventudes. 2. Educação. 3. Engajamento estudantil. 4. Subjetividades. 5. Consciência política.

ABSTRACT

This research approaches the relationship between youths, education, and political formation, with an emphasis on the processes of political consciousness construction within Brazilian educational spaces. It is based on the understanding that the school experience constitutes a central dimension in youth trajectories, potentially favoring or limiting practices of collective engagement. The study aims to understand how academic productions published between 2021 and 2025 explain the processes of political formation and consciousness among youths in the national context. It adopts a Systematic Literature Review as its methodology, analyzing scientific articles in Portuguese available in the CAPES Journal Catalog, selected according to previously defined eligibility criteria. The results indicate that youth political formation is conceived as a relational and situated process, built through the articulation between school, university, student movements, and collective experiences. It is evident that the concepts of youth and politics are mobilized in a plural way, Surpassing approaches restricted to age-based or institutional dimensions. In conclusion, youth political engagement depends on pedagogical, institutional, and subjective mediations that recognize youths as active subjects in schooling processes, reaffirming the school as a strategic space for contestation, participation, and citizenship education.

Keywords: 1. Youths. 2. Education. 3. Student engagement. 4. Subjectivities. 5. Political awareness.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 REVISÃO DA LITERATURA	14
2.1 Juventudes e Educação	14
2.2 Formação Política: consciência e engajamento	19
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	23
3.1 Critérios de Exclusão	24
3.2 Sistematização dos Artigos	24
3.3 Dificuldades Metodológicas	24
4 RESULTADOS DA PESQUISA	25
4.1 Eixo 1: Conceitos de Juventudes e Política	26
4.1.1 Conceitos de Juventudes	26
4.1.2 Conceitos de Política	27
4.2 Eixo 2: Espaços de formação política das Juventudes	28
4.3 Eixo 3: Obstáculos e acertos para os engajamentos juvenis e suas diversidades	30
4.4 Síntese dos Resultados	32
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS	37
APÊNDICE A — Tabela 1: Artigos científicos aceitos	41
APÊNDICE B — Tabela 2: Artigos científicos não aceitos	49

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como tema a relação entre juventudes, escola, formação e política, com ênfase nos processos de construção da consciência política e do engajamento estudantil. Parte-se da compreensão de que a experiência escolar ocupa um lugar central nas trajetórias juvenis, podendo atuar tanto como espaço de reprodução das desigualdades quanto como território de disputa, participação e formação cidadã. (Sposito, 2008; Iasi, 1999; Mortada, 2002)

Ao articular contribuições teóricas do campo da educação, dos estudos sobre subjetividades e das ciências sociais, o estudo buscou compreender como a produção acadêmica tem analisado os processos de formação política entre jovens, evidenciando os elementos que favorecem ou limitam a emergência da consciência política.

Em um contexto marcado por transformações nos modos de participação juvenil e por disputas em torno do papel da escola na formação cidadã, a pesquisa oferece um panorama teórico que possibilita compreender como os processos de consciência política e engajamento estudantil vêm sendo abordados na literatura recente. Dessa forma, amplia-se o entendimento sobre a formação política das juventudes no ambiente educacional, contribuindo para o aprofundamento conceitual do debate e oferecendo subsídios analíticos para futuras pesquisas empíricas, bem como para a reflexão crítica sobre práticas educativas comprometidas com a formação democrática.

O estudo também se justifica a partir da minha trajetória escolar e acadêmica, marcada por uma profunda inquietação diante das desigualdades e dos silêncios que atravessam a vida estudantil. Nascido na capital paulista, fui radicado em Valença, no Baixo Sul da Bahia, cidade em que iniciou sua trajetória escolar. Chegar à graduação em Licenciatura em Computação, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), *campus* Valença, em 2018, constituiu um marco importante em minha vida estudantil. Foi nesse período que passei a refletir e questionar as contradições do espaço escolar, uma vez que, apesar de se afirmarem como espaços de emancipação, as escolas podem se mostrar distantes das realidades, dos afetos e das lutas das juventudes que nelas estão inseridas.

Ainda durante a graduação, me reconheci como uma pessoa *gay* e *queer*¹, construindo essa identidade ao longo da formação em meio a tensões entre medo e afirmação, silêncio e voz. Nesse processo, a educação superior configurou-se simultaneamente como território de dor e de descoberta, espaço no qual a consciência se desenvolve em movimento, marcada por contradições, rupturas e sínteses, conforme discutido por Iasi (1999). Essas experiências contribuíram para uma compreensão mais ampla dos processos subjetivos envolvidos na formação política e na constituição da consciência crítica.

As vivências ao longo da graduação aproximaram-me do movimento estudantil e da militância, experiências que me ensinaram que aprender também é resistir e que a escola pode, e deve, constituir-se como território político e de acolhimento das diversidades. A participação em diferentes ações acadêmicas e institucionais evidenciou a importância da vivência coletiva na educação superior, possibilitando o envolvimento em iniciativas ligadas ao ensino, à extensão e à gestão institucional.²

Entretanto, foi a partir da organização do Coletivo de Estudantes das Graduações (CEG), em 2022, juntamente com estudantes dos cursos de Licenciatura em Computação, Matemática e Análise e Desenvolvimento de Sistemas (ADS) do IFBA Valença, que passei a se envolver de forma mais direta com as lutas coletivas estudantis. Atualmente, integro o coletivo Afronte! Juventude Sem Medo, movimento juvenil de orientação anticapitalista, antirracista, anti-LGBTfóbica, antifascista e feminista.

Essas experiências ampliaram a compreensão da educação enquanto prática social e histórica. É nesse encontro entre vivência estudantil e ação política que se coloca o problema de pesquisa, formulado na seguinte questão: como os estudos publicados em português entre 2021 e 2025 explicam os processos de formação da consciência política entre as juventudes? Ao enfrentar essa questão, a pesquisa busca identificar convergências, tensões e lacunas teóricas, contribuindo para uma leitura mais integrada e crítica da produção científica sobre o tema.

¹ *Queer* é aquele cuja identidade de gênero ou orientação sexual não corresponde a ideias estabelecidas sobre sexualidade e gênero, especialmente as normas heterossexuais.

² Participei na Comissão Local de Permanência e Êxito (CLPE) (2020 – 2025); dos Programas de: Residência Pedagógica (PRP) (2022 – 2023) e Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) (2019 e 2024 – 2026); e dos seguintes Projetos: Programa de Orientação Acadêmica (POA) (2020), voltado à orientação e acolhimento de estudantes no período de quarentena da COVID-19 e Espaço Acolher (2022 – 2023) ambiente multissensorial voltado ao acolhimento de estudantes em situação de vulnerabilidade emocional.

O objetivo geral desta pesquisa é compreender o processo de formação política das juventudes no contexto nacional, considerando os espaços educacionais que contribuem para o desenvolvimento da consciência política. Parte-se do entendimento de que a formação política não se restringe a espaços formais, mas se constrói em múltiplos ambientes de socialização, como a escola, os movimentos estudantis e os coletivos juvenis, nos quais os jovens vivenciam práticas de participação, conflito e organização coletiva (Miorando; Leite, 2019; Mesquita, 2003). Nesse sentido, busca-se identificar os principais contextos de formação política destacados na literatura, evidenciando como esses espaços educacionais atuam na constituição da consciência política juvenil.

Como objetivos específicos, a pesquisa propõe: (1) identificar os conceitos de juventude e de política apresentados na literatura; (2) identificar os ambientes de formação política das juventudes; (3) identificar os aspectos que favorecem ou limitam o engajamento político juvenil nos processos de formação.

A metodologia adotada fundamenta-se na Revisão Sistemática da Literatura (RSL), orientada pelos princípios e procedimentos propostos por Silva et al. (2024), adaptados às especificidades das Ciências Sociais e do campo educacional. Foram analisadas produções acadêmicas em língua portuguesa, publicadas entre 2021 e 2025, que abordam a relação entre juventude, formação e política.

Os resultados da revisão sistemática indicam que a formação política das juventudes tem sido compreendida, na literatura recente, como um processo complexo e situado, que se constrói na articulação entre experiências escolares, práticas coletivas e trajetórias juvenis marcadas por desigualdades sociais. As produções analisadas convergem ao reconhecer as juventudes como sujeitos políticos no presente e a política como prática social e educativa, ultrapassando concepções restritas à participação institucional. Evidencia-se, ainda, que a escola e a universidade ocupam lugar estratégico, porém contraditório, nos processos de formação da consciência política, ao mesmo tempo em que movimentos sociais, coletivos juvenis e experiências em ambientes não formais de educação se apresentam como espaços privilegiados de engajamento.

Esta produção está organizada em cinco seções. A primeira corresponde à introdução, na qual são apresentados o tema da pesquisa, a justificativa, o problema de pesquisa, os objetivos e, de forma sintética, os procedimentos metodológicos e principais resultados. A

segunda seção dedica-se à revisão da literatura, centrada nos debates sobre juventudes, educação e formação da consciência política.

A terceira seção apresenta os procedimentos metodológicos, organizados em subseções que abordam a coleta de dados, os critérios de seleção e exclusão, a coleta de dados, a sistematização dos artigos analisados e as principais dificuldades encontradas ao longo do percurso da pesquisa. A quarta seção expõe os resultados da análise da revisão sistemática, de acordo com os objetivos da pesquisa. Por fim, a quinta seção reúne as considerações finais.

2 REVISÃO DA LITERATURA

A revisão da literatura tem como objetivo situar teoricamente esta pesquisa no campo dos estudos sobre juventudes, educação e formação política, articulando contribuições de autores que discutem essas temáticas, abordando conceitos como experiência, militância e consciência política.

Para isso, o capítulo está organizado em dois eixos temáticos centrais: **Juventudes e Educação**, que aborda a compreensão social das juventudes e suas relações com os espaços educativos; e **Formação Política**, que discute os processos de consciência, engajamento e militância, em uma perspectiva subjetiva.

2.1 Juventudes e Educação

As juventudes constituem um tempo marcado por potências, contradições e disputas, especialmente no que diz respeito à construção de projetos de vida. Renato Janine Ribeiro (2004) argumenta que a energia juvenil, historicamente associada à rebeldia, à renovação e à crítica social, tem sido progressivamente capturada pela lógica do consumo, da imagem e da performatividade individual, esvaziando seu potencial transformador. Para o autor, “A política é uma área desenergizada em nosso tempo [...]” (Ribeiro, 2004, p. 27), o que a obriga a buscar novas fontes de vitalidade fora de suas estruturas tradicionais, sobretudo nas causas éticas e nos movimentos sociais que emergem da indignação moral e da defesa da vida.

O desafio central, segundo Ribeiro (2004), consiste em converter a potência juvenil em ação política efetiva e duradoura, evitando que ela se dissipe em gestos momentâneos ou em expressões individualizadas de contestação. Essa reflexão pode ser articulada às contribuições de bell hooks (2013), que compreende a educação como prática da liberdade e

ênfatisa a necessidade de espaços pedagógicos marcados pelo diálogo, pela escuta e pela construção coletiva do conhecimento. Embora hooks não utilize a expressão “energia juvenil”, sua defesa de uma pedagogia engajada permite compreender que a vitalidade política das juventudes só se sustenta quando encontra ambientes que favoreçam pertencimento, reconhecimento e participação ativa. De modo complementar, Larrosa (2002) contribui ao afirmar que a formação só ocorre quando há experiência, isto é, quando o sujeito é afetado pelo que vive. Assim, se a política se esvazia quando reduzida à informação ou à opinião, como sugere Ribeiro (2004), também a educação perde sua potência quando se distancia da experiência. Conectar as juventudes às ações coletivas, portanto, constitui não apenas um desafio político, mas também ético e pedagógico.

No contexto brasileiro, o Estatuto da Juventude, instituído pela Lei nº 12.852/2013, define como jovens as pessoas entre 15 e 29 anos de idade, abrangendo diferentes fases do ciclo juvenil: jovem-adolescente (15–17), jovem-jovem (18–24) e jovem-adulto (25–29) (Brasil, 2013). Parte dessa população, especialmente os sujeitos entre 15 e 17 anos, encontra-se contemplada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei nº 8.069/1990, que considera criança a pessoa até 12 anos incompletos e adolescente aquelas entre 12 e 18 anos incompletos, podendo, em situações específicas previstas em lei, estender-se até os 21 anos (Brasil, 1990).

A coexistência desses dois marcos legais evidencia uma sobreposição etária que não se configura como contradição normativa, mas como reflexo das diferentes finalidades que orientam cada estatuto. Enquanto o ECA está centrado na lógica da proteção integral e da garantia de direitos fundamentais frente à condição de desenvolvimento biopsicossocial, o Estatuto da Juventude desloca o foco para a ampliação de direitos relacionados à participação social, política, cultural e ao acesso a políticas públicas específicas. Assim, as divergências etárias expressam distintas concepções de sujeito e de política pública: de um lado, a adolescência como fase que demanda proteção prioritária; de outro, as juventudes como categoria social marcada por autonomia progressiva, inserção cidadã e disputas por reconhecimento e participação.

O Estatuto da Juventude representa um marco jurídico-político fundamental ao reconhecer os jovens como sujeitos de direitos, com o objetivo de “promover a integração e a participação do jovem nos processos social, econômico, político e cultural” (BRASIL, 2013, p. 34). Esse reconhecimento amplia, ao menos no plano normativo, as possibilidades de

participação juvenil por meio de conselhos, conferências e mecanismos institucionais de gestão pública. No entanto, do ponto de vista analítico, diversos estudos apontam para uma tensão persistente entre a participação formalmente instituída e os processos efetivos de formação da consciência política e de mobilização juvenil. Autores do campo das juventudes e da educação indicam que tais espaços tendem a operar sob lógicas burocráticas e adultocêntricas, frequentemente distanciadas das experiências concretas de vida, escola e território dos jovens (Sposito, 2008; Dayrell, 2007).

Nessa perspectiva, a participação institucionalizada nem sempre se traduz em engajamento político significativo, uma vez que desconsidera as trajetórias sociais, as condições materiais e as formas próprias de expressão política das juventudes. Como argumenta Iasi (1999), a consciência política não se constitui apenas pela inserção em instâncias formais, mas a partir da vivência das contradições sociais e da elaboração crítica do vivido. Esse distanciamento, possivelmente, contribui para compreender a baixa adesão juvenil a ações coletivas institucionalizadas, sobretudo quando tais espaços não dialogam com as experiências escolares, afetivas e culturais que estruturam o cotidiano juvenil.

O debate sobre o prolongamento da juventude, quando articulado ao campo da educação, evidencia que as experiências juvenis no Brasil são profundamente marcadas por desigualdades nos percursos escolares. A ampliação do tempo de escolarização, frequentemente apresentada como indicador de progresso social, ocorre de maneira profundamente desigual, produzindo juventudes que vivenciam a escola como espaço de continuidade formativa e outras que a experienciam de forma fragmentada, excludente ou interrompida (Sposito, 2008; Dayrell, 2007). Essa desigualdade impacta diretamente a forma como a juventude é vivida e reconhecida socialmente, evidenciando que o prolongamento da juventude não é uma condição universal, mas um privilégio atravessado por classe, raça, gênero e território.

Ao problematizar a lógica utilitarista que orienta grande parte das políticas educacionais contemporâneas, Ailton Krenak (2020) contribui para compreender como a escola tem sido pressionada a reduzir a formação humana à preparação para o mercado, esvaziando experiências educativas sensíveis, coletivas e emancipatórias. Para o autor, ao subordinar a vida e, por extensão, a educação à ideia de utilidade, nega-se aos jovens o direito de viver a escola como espaço de experimentação, pertencimento e construção de sentido. Assim, pensar juventude e educação implica tensionar modelos escolares que tratam o tempo

juvenil apenas como fase de preparação produtiva, abrindo caminho para compreender a formação política como experiência que emerge do encontro entre vida, território, cultura e luta coletiva.

As contribuições de bell hooks (2013) são decisivas ao afirmar que ensinar é um ato político e que o aprendizado significativo nasce do diálogo, da escuta e da afetividade. Sua proposta de uma pedagogia engajada rompe com dicotomias tradicionais, teoria/prática, razão/emoção, corpo/mente e transforma a sala de aula em um espaço de encontro, criação e resistência.

Embora os ambientes educacionais sejam fundamentais para a formação política e para o engajamento juvenil, Marília Sposito (2008) demonstra que a ampliação do acesso à escola, sobretudo a partir da década de 1990, produziu avanços importantes, mas também revelou limites. Segundo a autora, a escolarização sob a perspectiva dos jovens convive “[...] com a ausência de sentido imediato [...]” (Sposito, 2008, p. 87) ainda que seja fortemente reconhecida como necessária. Desse modo, a escola é simultaneamente valorizada como condição para a transição à vida adulta e vivenciada, por muitos jovens, como um espaço pouco significativo em seu cotidiano. Essa ambivalência afeta especialmente as juventudes das camadas populares e ajuda a compreender processos de desmotivação, afastamento simbólico e fragilização dos vínculos institucionais, elementos que tensionam as possibilidades de participação, engajamento e formação política no espaço escolar.

No texto “Juventudes na escola: sentidos e buscas”, Miriam Abramovay (2018) desenvolve uma análise crítica sobre as múltiplas formas pelas quais os jovens se relacionam com a instituição escolar. A autora rompe com visões homogêneas da juventude e evidencia que as experiências escolares são constituídas por desigualdades sociais, raciais e territoriais. A escola aparece como um espaço paradoxal: ao mesmo tempo em que representa uma promessa de futuro e mobilidade social, é vivida por muitos jovens como um ambiente de desvalorização, controle e falta de sentido.

Abramovay (2018) demonstra que o distanciamento entre a cultura escolar e as culturas juvenis contribui para a baixa participação política e coletiva dos estudantes, fragilizando os processos de formação cidadã. Ainda assim, muitos jovens permanecem na escola como estratégia de sobrevivência social e construção de projetos de vida. A autora aponta a necessidade de reinventar a escola como espaço de diálogo, escuta e reconhecimento

das juventudes como sujeitos ativos, condição fundamental para fortalecer processos de participação, pertencimento e formação política.

Pochmann (2004) revela que as juventudes brasileiras vivem um período contraditório na virada do século: é a geração mais escolarizada da história, mas também a que mais enfrenta desemprego, precarização, dependência familiar e ausência de perspectivas. A transição para a vida adulta se prolonga, não apenas por escolhas individuais, mas por exigências estruturais de uma economia baseada no conhecimento.

As desigualdades definem as trajetórias escolares juvenis: enquanto jovens ricos podem adiar a entrada na “vida produtiva” para estudar, jovens pobres são pressionados pelo trabalho precoce e pela informalidade. (Abramovay, 2018; Pochmann, 2004) A ausência de oportunidades tem consequências graves, como a explosão da violência letal e a crescente emigração de jovens qualificados. Assim, Pochmann (2004) defende políticas públicas que garantam renda, tempo para estudo e inserção digna no mercado de trabalho, inaugurando novos caminhos para as juventudes no país.

Em tempos em que a juventude é constantemente convocada a ter um “projeto de vida”, parece cada vez mais urgente refletir sobre o que significa viver e qual o sentido desse futuro. A partir de autores como Ailton Krenak (2020), Jorge Larrosa (2002) e Ferreira e Felício (2021), é possível compreender que a noção moderna de “vida útil” tem aprisionado a experiência humana dentro de uma lógica produtivista, impedindo que o jovem realmente viva, sinta e se reconheça como parte de um projeto coletivo de existência.

Em “A vida não é útil”, Krenak (2020) denuncia a forma como o mundo moderno transformou a vida em ferramenta de produção. A humanidade, segundo ele, adoeceu ao submeter o viver às exigências da utilidade e do progresso. Nessa lógica, o jovem é educado para “ser alguém” no mercado, não para “estar” no mundo. Sua sensibilidade, seus sonhos e sua relação com a Terra são substituídos pela busca de sucesso e consumo. O resultado é uma vida sem alma, em que a própria natureza é reduzida a recurso. Ao afirmar que “a vida não é útil”, Krenak propõe um reencontro com a dimensão poética da existência, aquela que se manifesta no encantamento, na convivência e no sonho coletivo.

Essa crítica ecoa no texto de Ferreira e Felício (2021), “Caminhar para a soberania pedagógica”, que propõe uma transformação radical da educação. A escola oficial, segundo os autores, é instrumento de desterritorialização: ensina o jovem a abandonar seu povo, sua terra

e sua história em busca de uma vida “melhor” que, na prática, significa uma vida subordinada à lógica do capital. Contra essa “educação útil”, Ferreira e Felício (2021) defendem uma educação viva, enraizada no território e nos saberes tradicionais. O projeto de vida, aqui, não é individual, mas comunitário, nasce da luta, da partilha e da experiência concreta de viver junto. O que está em jogo é uma soberania pedagógica, capaz de devolver à juventude o direito de aprender com a terra, com o trabalho e com o povo.

Larrosa (2002), em “Experiência e saber da experiência”, dialoga com essas ideias a partir de outra perspectiva. Ele observa que, na modernidade, vivemos muito, mas experimentamos pouco. A pressa, o excesso de informação e o culto à eficiência nos impedem de viver o que nos acontece. A vida útil, nesse sentido, é também uma vida vazia, cheia de fatos, mas pobre em sentido. Para Larrosa (2002), educar deveria ser criar tempo e espaço para a experiência, para o encontro com o real e para a escuta. Assim como Krenak (2020) e a Ferreira e Felício (2021), o autor denuncia que o viver se tornou mera gestão do tempo e do corpo, e não mais acontecimento transformador.

Em conjunto, esses três autores constroem uma crítica profunda à forma como a sociedade moderna captura a vida das juventudes. O “projeto de vida”, tão exaltado nas escolas e políticas públicas, surge como um mecanismo de controle: ele ensina o jovem a planejar sua própria utilidade, e não a sonhar, sentir ou pertencer. Krenak, Larrosa, Ferreira e Felício, porém, oferecem caminhos distintos para romper esse aprisionamento. Krenak propõe o reencantamento do mundo; Larrosa defende tempos e espaços para a experiência; e Ferreira e Felício propõem a reconstrução coletiva do aprender e do viver.

Assim, ao invés de projetar o futuro como única meta legítima da existência, diferentes autores do campo da educação e das ciências sociais convidam a compreender o presente como espaço de encontro, experiência e produção de sentido. As juventudes, nessa perspectiva, não constituem uma fase de espera ou mera transição para a vida adulta, mas o próprio acontecimento de uma vida que se constrói em sua inteireza, contradição e potência (Sposito, 2008; Dayrell, 2007).

Ao deslocar a juventude da lógica do “vir a ser” para o campo do “ser”, esses autores tensionam visões utilitaristas do tempo e da educação, que subordinam o presente às promessas do futuro. Reaprender a viver o presente, portanto, assume um caráter profundamente político: trata-se de resistir à lógica da produtividade e da utilidade, afirmando, como propõe Larrosa (2002), o valor da experiência que toca, transforma e dá

sentido à vida. Nesse movimento, a formação política deixa de ser apenas preparação para a ação futura e passa a ser vivida como prática cotidiana de reconhecimento de si, do outro e do mundo, em que a vida, em todas as suas formas, vale por si mesma.

2.2 Formação Política: consciência e engajamento

A consciência não é um estado acabado ou mero atributo individual, mas um processo histórico, social e contraditório, produzido nas relações materiais e nas lutas concretas da vida cotidiana (Iasi, 1999). Para Iasi (1999), a forma inicial da consciência tende a ser marcada pela adaptação à ordem vigente, naturalizando as desigualdades e interpretando o sofrimento social como responsabilidade individual. No entanto, essa consciência pode entrar em crise quando a experiência vivida deixa de ser explicável pelos discursos dominantes, abrindo espaço para a revolta, a indignação e o questionamento.

Iasi (1999) destaca que a revolta, por si só, não garante uma consciência crítica, pois pode permanecer fragmentada e episódica; ela só se converte em consciência política quando mediada pela organização coletiva, pela elaboração teórica e pela compreensão das determinações estruturais da realidade social. Assim, a passagem da consciência “em si” para a consciência “para si” não ocorre de maneira espontânea, mas no interior das práticas sociais e políticas, onde o sujeito se reconhece como parte de uma coletividade e como agente histórico capaz de intervir no mundo.

A formação política dos jovens, especialmente no contexto educacional, deve ser compreendida como um processo em disputa, no qual experiências de engajamento podem romper com a alienação cotidiana e contribuir para a construção de uma consciência crítica, ainda que marcada por avanços, recuos e contradições próprias da realidade social.

A partir dessa compreensão processual da consciência, o engajamento estudantil pode ser entendido como uma prática política concreta, na qual a formação política se materializa no cotidiano escolar. Miorando e Leite (2019) criticam abordagens que reduzem o engajamento dos estudantes a indicadores de desempenho acadêmico ou a estratégias de permanência institucional, defendendo que ele deve ser compreendido como participação ativa na vida coletiva e como exercício de cidadania. Para os autores, o engajamento se expressa quando os estudantes ocupam espaços de decisão, organizam coletivos, constroem grêmios, centros acadêmicos e participam de mobilizações que questionam as estruturas escolares e educacionais vigentes. Essas práticas produzem aprendizados que extrapolam o

currículo formal, pois envolvem negociação de conflitos, construção de consensos, elaboração de pautas e reconhecimento de si como sujeito político.

Nesse sentido, o engajamento não é um efeito automático da escolarização, mas um processo formativo que se constrói nas brechas institucionais e nas experiências de ação coletiva. Ao disputar o sentido da escola e reivindicar uma educação democrática e socialmente referenciada, os estudantes transformam o engajamento em um espaço privilegiado de formação política, no qual subjetividade, consciência e ação se articulam de forma indissociável.

Essa leitura aproxima-se da defesa de Ferreira e Felício (2021, p. 82), por uma educação enraizada nos territórios, dos saberes comunitários e nas lutas populares, uma educação viva, que dialoga com a realidade dos estudantes: “A nossa escola [...] tem a primazia do coletivo sobre o individual. O povo, a organização, o território, a comunidade são os sujeitos da aprendizagem.” Nessa perspectiva, a juventude é compreendida como parte constitutiva da continuidade histórica da comunidade, o que implica uma formação marcada pelo pertencimento, pela organização coletiva e pela consciência das lutas territoriais. A educação é apresentada, assim, como prática de liberdade, reconstrução do comum e resistência frente às dinâmicas de expropriação promovidas pelo capitalismo global.

A formação política é também a formação da subjetividade, da “[...] maneira de sentir, pensar, fantasiar, se comportar, sonhar, amar de cada um [...] o que constitui nosso modo de ser [...]” (Bock, Furtado, Teixeira, 2008, p. 23). Memória, experiência e consciência se articulam de forma inseparável. Mortada (2002) compreende a militância como uma experiência psicossocial, na qual a ação política é atravessada por afetos, lembranças e sentidos produzidos ao longo da trajetória de vida dos sujeitos. Para o autor, a memória coletiva e individual constituem o terreno sobre o qual a consciência política se elabora, permitindo que experiências dispersas de sofrimento, indignação e resistência sejam reorganizadas em um horizonte comum de luta. Essa leitura dialoga com Iasi (1999), para quem a consciência não é um dado imediato, mas um processo contraditório, que se constrói nas tensões entre a vivência concreta e as explicações dominantes da realidade social.

A passagem da indignação à ação política exige, portanto, um movimento subjetivo de ruptura, no qual o sujeito deixa de interpretar sua condição como problema individual e passa a reconhecê-la como expressão de determinações históricas e sociais. Nesse sentido, a militância atua como espaço de mediação entre experiência vivida e elaboração crítica,

contribuindo para a formação de sujeitos politicamente conscientes, ainda que esse processo seja marcado por avanços, recuos e conflitos internos.

Ao analisar o processo de tornar-se negro em uma sociedade brasileira em ascensão, Neusa Santos Souza (1983) evidencia que a constituição da subjetividade é atravessada por relações de poder que produzem identidades subordinadas e internalizam a opressão. Para a autora, a construção de uma consciência racial implica um doloroso processo de desidentificação com os padrões impostos pelo racismo e de reconstrução de uma identidade afirmativa, capaz de ressignificar a própria história e o próprio corpo.

Situada no campo das relações raciais, sua reflexão ilumina de forma decisiva os processos de formação política em sentido amplo, ao demonstrar que a consciência crítica envolve necessariamente a transformação subjetiva, a reelaboração da memória e a recusa das narrativas que naturalizam a exclusão. Assim, a formação política não se limita à adesão a ideias ou organizações, mas envolve uma travessia subjetiva, na qual o sujeito reconstrói sua relação consigo mesmo, com o coletivo e com o mundo, condição indispensável para uma militância ética, crítica e emancipadora.

As reflexões de Mesquita (2003) identificam uma transição paradigmática no interior do movimento estudantil na virada do século. A partir de entrevistas realizadas com militantes durante o 46.º Congresso da União Nacional dos Estudantes (CONUNE), ocorrido em Belo Horizonte (MG), em 1999, o autor observa que “As novas experiências sugerem o surgimento de uma nova sociabilidade militante no movimento estudantil, contrapondo-se às práticas mais tradicionais da militância dos estudantes.” (Mesquita, 2003, p. 135) Esse movimento indica a passagem de um modelo de militância centralizado e fortemente partidarizado para formas de organização mais horizontalizadas, temáticas e articuladas a diferentes lutas sociais, que entrelaçam dimensões culturais, ambientais, raciais e de gênero. (Mesquita, 2003)

Mesquita (2003, p. 3) indica que essas mudanças constituem o que denomina de “Novos Movimentos Sociais” (NMS), os quais deslocam a militância estudantil do campo exclusivamente político-partidário para o campo cultural e identitário, no qual a vivência, a experiência e o cotidiano passam a ser reconhecidos como espaços legítimos de ação política. Coletivos negros, de mulheres, movimentos vinculados à questão agrária, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e grupos eco-socialistas são citados pelo autor como expressões desse novo ethos militante, marcado sobretudo pela centralidade das

dimensões identitárias, culturais e simbólicas da ação política, ainda que articuladas a projetos coletivos de transformação social.

No caso do movimento estudantil, Mesquita (2003) aponta que, apesar das tensões persistentes com estruturas partidárias e organizativas mais hierarquizadas, ele mantém sua relevância como espaço de formação política e social, reinventando-se a partir da pluralidade de vozes, pautas e práticas que atravessam as experiências juvenis contemporâneas.

Assim, estudar processos de militância estudantil é também investigar a escola como espaço de formação cidadã. Inspirado nas perspectivas críticas de bell hooks (2013) e de Ferreira e Felício (2021), o projeto compreende que a formação política se constrói quando o estudante se percebe como sujeito capaz de intervir no mundo. O engajamento das juventudes aparece, então, não apenas como continuidade do ato educativo, mas como uma prática educativa em si, constituindo-se como um campo de experiência, consciência e transformação.

Portanto, esta pesquisa se justifica por sua relevância social, política e pedagógica, ao contribuir para a compreensão da formação política da juventude no contexto nacional. Ao reunir, analisar e articular produções acadêmicas sobre juventudes, escola e processos de consciência política, o estudo busca identificar o papel da educação na formação da consciência política destacados na literatura, bem como os conceitos de juventude e de política que orientam essas análises. Além disso, pretende compreender como os estudos abordam os processos de tomada de consciência política entre os jovens e de que maneira interpretam a presença ou a ausência de engajamento político juvenil.

Trata-se, assim, de um esforço teórico voltado a reconhecer, nos autores analisados, caminhos que permitam repensar a escola como território de potência, democracia e esperança, evidenciando como o engajamento estudantil emerge como espaço de construção da consciência, elaboração do vivido e afirmação de práticas coletivas de resistência.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia adotada neste trabalho fundamenta-se na Revisão Sistemática da Literatura (RSL). Foram analisadas produções acadêmicas em língua portuguesa, publicadas entre os anos de 2021 a 2025, sobre formação, política e juventude, conforme caminhos e princípios descritos por Silva et al. (2024), adaptados às especificidades das ciências sociais aplicadas e ao campo da educação.

O estudo seguiu as recomendações apresentadas por Silva et al. (2024), especialmente a necessidade de definir com precisão o escopo, a pergunta e os critérios de elegibilidade, de modo a garantir rigor e replicabilidade. Ao analisar essas recomendações notou-se que o problema de pesquisa está de acordo com o modelo “PICO (*Population, Interest, Context*)”, (Silva et al., 2024). Nela temos a população de jovens estudantes, o interesse em analisar como se dá o processo de formação da consciência política no contexto educacional brasileiro, a partir de estudos publicados entre 2021 e 2025.

O escopo da revisão foi delimitado considerando: (a) artigos científicos disponíveis no Catálogo de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)³; (b) revisados por pares; (c) produções nacionais, em português, com acesso aberto; (d) pertencentes às áreas de educação, ciências sociais, psicologia social e campos correlatos, (e) publicados entre 2021 e 2025. A partir disso, foram elaboradas palavras de busca combinando operadores *booleanos*: (f) “formação política” e “juventude”.

Dentre as diferentes possibilidades de busca, essa combinação de descritores foi aplicada exclusivamente no Catálogo de Periódicos da CAPES. Inicialmente, realizou-se o acesso à página inicial do portal, onde as palavras de busca: “formação política e juventude”, foram inseridas no campo de pesquisa. Após a recuperação dos resultados, procedeu-se ao refinamento do material, com a seleção do tipo de documento: “artigos”. Em seguida, foram aplicados os filtros correspondentes ao recorte temporal de 2021 a 2025, ao acesso aberto, à produção nacional, à revisão por pares e ao idioma português. Esse processo permitiu a delimitação do conjunto de artigos analisados, assegurando a coerência do *corpus* com os critérios previamente estabelecidos.⁴

3.1 Critérios de Exclusão

Conforme orientações do percurso metodológico (Silva et al., 2024), os critérios de exclusão foram definidos antes da busca. São eles: (a) teses, ensaios, editorial, dissertações, anais de eventos e relatório; (b) estudos que mencionassem os termos utilizados sem debater a formação política na educação de jovens; (c) artigos estrangeiros sem relação com o contexto brasileiro e (d) publicações fora do recorte temporal.

³ O Catálogo de Periódicos da CAPES é uma biblioteca virtual gratuita que reúne e disponibiliza produções científica nacional e internacional para instituições de ensino e pesquisa no Brasil. O portal encontra-se acessível no seguinte endereço eletrônico: <<https://www.periodicos.capes.gov.br/>>.

⁴ A busca dos artigos foi realizada em novembro de 2025.

A partir disso, a coleta ocorreu em três etapas, conforme a recomendação de Silva et al. (2024) na descrição da fase de triagem. Após a busca inicial no catálogo CAPES e exportação dos resultados, foram feitas as triagens dos títulos e resumos com exclusão de estudos desalinhados ao objeto. Também foi realizada a leitura integral dos artigos potencialmente pertinentes e a seleção final, com a inclusão apenas dos textos que atendiam a todos os critérios.

3.2 Sistematização dos Artigos

A sistematização dos artigos selecionados está apresentada no Anexo XX. Para cada estudo incluído na revisão, foram registrados os seguintes elementos: (a) autoria, periódico e ano de publicação; (b) objetivos da pesquisa; (c) procedimentos metodológicos adotados; (d) conceitos centrais mobilizados; e (e) principais achados, bem como suas contribuições e lacunas em relação ao campo de estudo.

Esse processo resultou na construção do que Silva et al. (2024) denominam “tabelas de síntese e organização comparativa”, instrumento metodológico que possibilita a visualização integrada das convergências, divergências e especificidades entre as produções analisadas. A partir dessa sistematização, os achados foram organizados em eixos temáticos, que orientaram a análise interpretativa dos resultados, tais como: (1) conceitos de juventude e política nas produções, (2) espaços de formação política e (3) fatores que favorecem ou limitam o engajamento político juvenil, permitindo uma leitura analítica e articulada dos estudos selecionados.

3.3 Dificuldades Metodológicas

As dificuldades metodológicas encontradas ao longo do percurso da pesquisa dialogam com os desafios recorrentes das ciências sociais apontados pelos próprios autores de referência. Entre essas dificuldades, destaca-se: (a) a dispersão temática e terminológica, uma vez que conceitos como “consciência política”, “engajamento” e “juventude” são mobilizados de formas diversas e, por vezes, pouco delimitadas nos estudos analisados; (b) a necessidade de constante refinamento das palavras de busca, a fim de garantir maior precisão e aderência ao objeto de investigação; e (c) a presença de produções publicadas no recorte temporal estabelecido (2021–2025), mas que analisam fenômenos, contextos ou dados referentes a períodos anteriores, o que exige cautela interpretativa.

Além disso, observou-se que a utilização dos mesmos descritores em bases mais amplas, como o Google Acadêmico, resultou em um volume significativamente maior de publicações, muitas das quais destoavam do escopo da pesquisa e careciam de filtros adequados que permitissem maior precisão na delimitação do *corpus*. Diante desses desafios, optou-se por manter a busca restrita ao Catálogo de Periódicos da CAPES, assegurando maior rigor metodológico. Tais dificuldades não invalidam o método adotado; ao contrário, reforçam a importância da Revisão Sistemática da Literatura como ferramenta de síntese crítica e analítica, conforme defendido por Silva et al. (2024).

A apresentação dos resultados seguiu as orientações referentes à etapa conclusiva da Revisão Sistemática da Literatura descritas por Silva et al. (2024), contemplando a organização dos achados por categorias analíticas, relacionadas aos objetivos do estudo, a articulação das discussões com o referencial teórico, a identificação de lacunas e tendências na produção científica, bem como a indicação de possíveis direções para estudos futuros sobre juventude e formação política.

4 RESULTADOS DA PESQUISA

Com base nos critérios definidos no percurso metodológico, a busca realizada no Catálogo de Periódicos da CAPES resultou inicialmente em 43 produções acadêmicas.⁵ Após a aplicação dos critérios de exclusão e das etapas de triagem: leitura de títulos, resumos e textos completos, foram selecionadas 17 produções⁶ que dialogam diretamente com o problema de pesquisa e com os objetivos propostos.

Os estudos analisados compõem um *corpus* heterogêneo, tanto do ponto de vista teórico quanto metodológico, abrangendo áreas como educação, ciências sociais, psicologia social e campos interdisciplinares. Essa diversidade confirma a complexidade do tema da formação política das juventudes e evidencia que os processos de consciência política vêm sendo investigados a partir de múltiplas lentes analíticas.

A seguir, os resultados são apresentados de forma articulada aos três eixos analíticos definidos nesta pesquisa, os quais correspondem diretamente aos objetivos específicos do estudo.

⁵ As obras podem ser acessadas nos apêndices 1 e 2.

⁶ As obras podem ser acessadas no apêndice 1.

4.1 Eixo 1: Conceitos de Juventudes e Política

A análise das produções selecionadas revela que os estudos recentes compartilham um esforço comum de romper com concepções restritas, naturalizadas ou biologizantes tanto de juventude quanto de política. Em consonância com a revisão da literatura mobilizada neste trabalho, as produções analisadas deslocam a juventude do lugar de transição ou preparação para a vida adulta, reconhecendo-a como condição social, histórica e relacional, atravessada por desigualdades estruturais e experiências situadas (Alves, Fernandes, Mesquita, 2021).

Esse deslocamento conceitual aproxima-se do entendimento presente no Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013), ao reconhecer os jovens como sujeitos de direitos e de participação social (Brasil, 2013). No entanto, as produções analisadas indicam que esse reconhecimento jurídico convive com limites concretos à participação política e à formação da consciência política, especialmente no interior da escola e das políticas educacionais, revelando uma tensão recorrente entre o plano normativo e a experiência vivida das juventudes.

Para aprofundar essa análise, o eixo foi organizado em dois sub tópicos: os conceitos de juventudes e os conceitos de política mobilizados nas produções científicas.

4.1.1 Conceitos de Juventudes

De forma recorrente, as produções analisadas compreendem as juventudes como categoria plural, rejeitando definições homogêneas ou universalizantes. As juventudes são tratadas como condição social marcada por divisões de classe, raça, gênero, território e inserção educacional, o que impacta diretamente as trajetórias escolares e as possibilidades de participação política. Essa leitura converge com autores como Sposito (2008) e Dayrell (2007) ao enfatizar que as juventudes são produzidas nas relações sociais e nas experiências concretas de vida.

Nos estudos sobre juventudes camponesas e vinculadas a movimentos sociais, a juventude aparece como sujeito coletivo em formação, cuja identidade se constrói na luta por direitos, no pertencimento comunitário e na organização política (Alves, Fernandes, Mesquita, 2021). A juventude do campo, por exemplo, é apresentada como categoria dinâmica, reelaborada historicamente pelos próprios sujeitos, em estreita relação com o território, a educação pública e os processos formativos desenvolvidos nos movimentos socioterritoriais (Oliveira, 2021). Essa concepção dialoga com a noção de experiência defendida por Larrosa

(2002), ao reconhecer que a juventude se constitui a partir do que toca e transforma os sujeitos em sua trajetória.

Em outros estudos, sobretudo aqueles voltados às juventudes urbanas e periféricas, a juventude é compreendida como experiência vivida no presente, marcada por desigualdades estruturais que condicionam quem pode, de fato, exercer o “direito de ser jovem” (Sousa, 2023; Ferreira, Silva, Cunha, 2021; Luna, Junior, Silva, 2022). Essa perspectiva evidencia que a juventude não é definida apenas por uma condição biológica, mas por aspectos sociais, que incluem, nesses casos, exclusão, resistência e produção de sentidos, em consonância com as reflexões de Renato Janine Ribeiro (2004) sobre a captura e a disputa da potência juvenil na contemporaneidade.

Todas as produções analisadas convergem ao tratar as juventudes como sujeitos ativos, produtores de sentidos e de práticas sociais, afastando leituras deficitárias que associam a juventude à apatia ou à imaturidade política. Ao contrário, os estudos evidenciam que a participação juvenil é profundamente condicionada pelas oportunidades, mediações institucionais e experiências formativas disponíveis, especialmente no campo educacional.

4.1.2 Conceitos de Política

No que se refere ao conceito de política, as produções analisadas também apresentam um deslocamento em relação às concepções restritas à política institucional ou partidária. Predominam compreensões ampliadas da política, entendida como prática social, experiência cotidiana e processo educativo, construída nos espaços de participação, conflito, organização coletiva e produção de sentidos (Nery, Natividade, Bona, 2021; Frigotto, 2024)

A política é compreendida como *práxis* cotidiana, vivenciada nas lutas sociais, nos movimentos estudantis, nos coletivos juvenis e nas experiências comunitárias. Essa concepção aproxima-se das reflexões de Mauro Iasi (1999), ao entender a política como processo de construção da consciência, no qual a indignação frente às desigualdades pode se transformar em ação coletiva organizada. A política, nesse sentido, não é algo externo à vida dos jovens, mas dimensão constitutiva de suas trajetórias e experiências formativas (Ferreira, Silva, Cunha, 2021).

Parte das produções analisa criticamente concepções de política presentes em documentos e políticas educacionais que reduzem a participação juvenil à gestão de si, ao empreendedorismo ou à responsabilização individual. (Demogalski, Silva, 2023) Nesses

casos, a política é esvaziada de seu caráter coletivo e estrutural, deslocando-se do campo do conflito social para o plano comportamental e adaptativo. Essa crítica dialoga diretamente com Frigotto (2024), ao evidenciar como determinadas concepções de política operam na conformação da consciência juvenil em favor de projetos societários hegemônicos.

Em contraposição, outros estudos enfatizam a política como experiência de subjetivação, inspirada em autores como Rancière (1996, 2014), ao compreender a ação política como momento de dissenso, no qual sujeitos historicamente silenciados se afirmam como iguais (Groppo et al., 2023). A política aparece, assim, como experiência que afeta, mobiliza e transforma, aproximando-se da noção de saber da experiência discutida por Larrosa (2002) e das contribuições de Mortada (2002) sobre memória e militância.

Observa-se, ainda, que as produções analisadas reconhecem a coexistência de múltiplas formas de política juvenil, incluindo práticas institucionais, participativas, militantes e educativas. Essa pluralidade revela tensões importantes: ao mesmo tempo em que a política juvenil se expande para novos espaços e linguagens, ela enfrenta processos de normatização e controle, especialmente quando mediada por instituições escolares e políticas públicas (Silva, Azevedo, Bezerra, 2021; Silva, Paludo, 2024).

Assim, os resultados do Eixo 1 indicam que as produções analisadas constroem concepções de juventudes e de política alinhadas a uma perspectiva crítica e ampliada, em consonância com o referencial teórico deste trabalho. As juventudes são reconhecidas como sujeitos políticos no presente, e a política é compreendida como experiência formativa, coletiva e situada, fundamental para compreender os processos de formação da consciência política no contexto educacional brasileiro.

4.2 Eixo 2: Espaços de formação política das Juventudes

A análise das produções evidencia que a formação política das juventudes ocorre em uma multiplicidade de espaços, atravessados por disputas, contradições e diferentes projetos formativos. De modo geral, os estudos convergem ao reconhecer que a formação política juvenil não se restringe à escola, ainda que esta permaneça como espaço estratégico e simbólico na construção da consciência política. Os processos formativos emergem da articulação, nem sempre harmoniosa, entre experiências formais e não formais, institucionais e contra-hegemônicas. (Ferreira, Silva, Cunha, 2021; Groppo, et al., 2023; Porciúncula, 2023; Alves, Fernandes, Mesquita, 2021).

Nos estudos analisados, a escola e a universidade aparecem como espaços ambíguos. Por um lado, são reconhecidas como instâncias centrais de socialização política, sobretudo quando possibilitam práticas pedagógicas críticas, experiências participativas e espaços de organização estudantil (Cristo, Aragão, Saba, 2022). Por outro, são frequentemente apontadas como instituições marcadas por lógicas burocráticas, adultocêntricas e despolitizadoras, que limitam a expressão juvenil e canalizam a participação para formas normativas e individualizantes.

Essa ambiguidade é particularmente evidente nas análises sobre o Ensino Médio e suas recentes reformas. Estudos que se debruçam sobre o Novo Ensino Médio e sobre propostas como o Ensino Médio Integral indicam que, embora o discurso institucional enfatize o protagonismo juvenil, as experiências formativas tendem a priorizar competências socioemocionais, projetos de vida individualizados e adaptação ao mercado de trabalho (Luna, Junior, Silva, 2022; Santos, Messias, Almeida, 2022; Rodrigues, Sússekind, 2024). Nesse contexto, a escola opera mais como espaço de mediação normativa da juventude do que como território de formação política crítica, produzindo subjetividades ajustadas à lógica neoliberal (Frigotto, 2024; Demogalski, Silva, 2023).

Em contraposição, parte significativa das produções analisadas destaca os espaços não formais como ambientes privilegiados de formação política. Movimentos sociais, movimento estudantil, coletivos juvenis, organizações comunitárias, ONGs e experiências culturais aparecem como territórios educativos potentes, nos quais os jovens vivenciam práticas de auto-organização, participação horizontal, debate político e intervenção no território (Sousa, 2023; Silva, Paludo, 2024, Nery, Natividade, Bona, 2021). Nesses espaços, a formação política ocorre pela experiência, pela prática coletiva e pela produção de sentidos compartilhados, aproximando-se da noção de experiência defendida por Larrosa (2002) e da compreensão da militância como prática educativa em si.

Os estudos sobre juventudes camponesas e vinculadas a movimentos socioterritoriais, como o Movimento Sem Terra (Alves, Fernandes, Mesquita, 2021; Oliveira, 2021), evidenciam de forma clara essa dimensão. Nesses contextos, o próprio movimento é compreendido como território educativo, no qual a formação política se dá por meio da vivência coletiva, da relação com o território, da memória da luta e da participação em processos organizativos. A escola formal aparece, muitas vezes, como espaço tensionado ou

insuficiente, sendo ressignificada ou complementada pelas experiências formativas do movimento.

Outro conjunto de produções destaca a emergência de novos espaços formativos mediados pelas tecnologias digitais, como portais institucionais, redes sociais e ambientes virtuais de comunicação (Cristo et al., 2024; Cristo, Nascimento Filho; Saba, 2024). Esses estudos indicam que os ciberespaços podem funcionar como extensões do campo educativo, favorecendo a circulação de informações, a construção de identidades coletivas e formas contemporâneas de socialização política. Contudo, a análise também evidencia limites importantes, sobretudo quando a formação política é reduzida ao mero acesso à informação. Nesse ponto, a reflexão de Larrosa (2002) contribui para aprofundar a crítica: para o autor, a informação, por si só, não produz experiência nem conhecimento formativo. Pode gerar apenas acúmulo de dados e opiniões, sem que o sujeito seja efetivamente afetado ou transformado. Assim, quando os espaços digitais operam apenas como repositórios informacionais, sem mediação crítica ou articulação com práticas coletivas e experiências educativas concretas, seu potencial formativo tende a se esvaziar. A formação política, nesse sentido, exige mais do que conectividade; exige experiência, diálogo e elaboração do vivido.

A distinção entre experiências formais e não formais aparece, assim, como eixo central das análises. Os estudos indicam que a formação política juvenil tende a ser mais potente quando há articulação entre escola, universidade e espaços extra-escolares, evitando a fragmentação dos processos formativos. Experiências híbridas, como cursos de formação realizados em parceria entre universidades públicas e movimentos sociais, ou práticas pedagógicas críticas desenvolvidas no interior da escola, são apontadas como possibilidades de superar essa cisão. (Alves, Fernandes, Mesquita, 2021; Cristo, Aragão, Saba, 2022).

Por fim, observa-se que a escola, embora frequentemente criticada, não é descartada como espaço formativo. Ao contrário, os estudos indicam que ela permanece como território em disputa, capaz de se transformar em espaço de formação política coletiva quando atravessada por práticas democráticas, ocupações estudantis, grêmios, projetos interdisciplinares e metodologias baseadas na escuta e no diálogo. Nesse sentido, a formação política juvenil ocorre na tensão entre institucionalização e resistência, entre controle e emancipação, reafirmando a escola como mediação possível, embora não exclusiva, na construção da consciência política das juventudes.

4.3 Eixo 3: Obstáculos e acertos para os engajamentos juvenis e suas diversidades

A análise das produções evidencia que o engajamento político juvenil não pode ser explicado por fatores isolados ou por disposições individuais dos jovens. Ao contrário, os estudos convergem ao indicar que o engajamento, ou o afastamento, resulta da articulação entre condições pedagógicas, institucionais e subjetivas, vivenciadas nos processos de escolarização e nas experiências formativas mais amplas. Essa compreensão dialoga com a perspectiva crítica já discutida na revisão teórica, segundo a qual a consciência política se constrói na experiência social concreta, marcada por contradições, mediações e disputas (Ribeiro, 2004).

No plano pedagógico, os estudos analisados indicam que práticas educativas baseadas no diálogo, na escuta, na valorização da experiência juvenil e na articulação entre teoria e prática social tendem a favorecer o engajamento político (Cristo, Aragão, Saba, 2022; Nery, Natividade, Bona, 2021). Metodologias participativas, uso de debates, oficinas, rodas de conversa, atividades culturais e a centralidade de disciplinas como Sociologia e Filosofia aparecem como elementos que ampliam a capacidade crítica dos estudantes e fortalecem sua participação (Luna, Junior, Silva, 2022; Santos, Messias, Almeida, 2022; Oliveira, 2021). Essas experiências se aproximam da noção de educação como prática da liberdade, defendida por Paulo Freire (1967) e bell hooks (2013), ao reconhecer os estudantes como sujeitos do processo educativo.

Em contrapartida, currículos fragmentados, tecnicistas e orientados por competências e projetos de vida individualizados aparecem como fatores limitadores do engajamento. Estudos que analisam o Novo Ensino Médio e propostas de educação integral de viés neoliberal evidenciam que a centralidade no empreendedorismo, na resiliência e na adaptação ao mercado desloca a formação política do campo coletivo para a gestão individual da vida (Frigotto, 2024; Demogalski, Silva, 2023). Esse movimento dialoga com as críticas de Frigotto (2024), ao apontar que a desconexão entre formação científica e política contribui para a produção de subjetividades adaptadas, com baixa capacidade de leitura crítica da realidade social.

No âmbito institucional, os estudos revelam uma tensão recorrente entre participação formal e participação efetiva. Conselhos, instâncias representativas, portais institucionais e espaços de escuta aparecem, muitas vezes, como dispositivos excessivamente regulados, burocratizados e com baixa capacidade de incidência política. A participação juvenil tende a

ser simbólica, controlada e limitada, o que contribui para o descrédito das instituições e para o afastamento dos jovens desses espaços (Cristo, Filho, Saba, 2024). Essa dinâmica é evidenciada tanto em estudos sobre políticas públicas quanto em análises do cotidiano escolar.

Ao mesmo tempo, algumas produções indicam que determinadas condições institucionais podem favorecer o engajamento político juvenil, como a existência de projetos político-pedagógicos explicitamente comprometidos com a gestão democrática, com a participação estudantil e com a formação crítica dos sujeitos. Não se trata apenas da formalização de um documento institucional, mas da construção coletiva de princípios, metas e práticas que reconheçam os estudantes como sujeitos ativos do processo educativo. Além disso, políticas de permanência estudantil, parcerias entre escolas, universidades e movimentos sociais, bem como a atuação de instituições comunitárias com maior flexibilidade organizativa, são apontadas como mediações importantes para ampliar a participação juvenil. No entanto, tais avanços aparecem na literatura como experiências pontuais e frequentemente fragilizadas, ameaçadas pela descontinuidade das políticas públicas e pelo avanço de reformas educacionais orientadas por interesses empresariais e por lógicas de gestão gerencial (Ferreira; Silva; Cunha, 2021; Porciúncula, 2023).

No plano subjetivo, os estudos analisados atribuem centralidade aos processos de identidade, pertencimento, reconhecimento e memória na explicação do engajamento político juvenil. O engajamento tende a se fortalecer quando os jovens se reconhecem como parte de um coletivo, quando suas experiências são valorizadas e quando percebem que sua participação produz efeitos reais. A militância, nesses casos, não aparece como ação episódica, mas como dimensão constitutiva da vida cotidiana, especialmente entre jovens inseridos em movimentos sociais, coletivos juvenis e organizações populares (Alves, Fernandes, Mesquita, 2021).

Por outro lado, a ausência de reconhecimento, o silenciamento das vozes juvenis e a experiência recorrente de invisibilização produzem sentimentos de deslegitimação, insegurança e desinteresse (Cristo, Aragão, Saba, 2022). Em diversos estudos, os jovens relatam dificuldade de se expressar, autocensura e afastamento dos espaços políticos, especialmente quando a escola e as instituições falham em criar ambientes democráticos e acolhedores (Luna, Junior, Silva, 2022; Rodrigues, Sússekind, 2024). Esses achados dialogam diretamente com Mauro Iasi (1999), ao indicar que a consciência política não se forma espontaneamente, podendo regredir quando não encontra mediações coletivas e organizativas.

De modo geral, os resultados do Eixo 3 indicam que o engajamento político juvenil é um processo instável, não linear e profundamente situado, que pode avançar ou recuar conforme as condições pedagógicas, institucionais e subjetivas vivenciadas pelos jovens. Longe de confirmar discursos sobre apatia juvenil, os estudos evidenciam que os jovens se engajam quando encontram espaços educativos significativos, nos quais a política é vivida como experiência concreta, coletiva e dotada de sentido (Larrosa, 2002).

4.4 Síntese dos Resultados

A análise das produções selecionadas permite compreender que a formação política das juventudes, no contexto educacional brasileiro contemporâneo, não pode ser reduzida a um campo específico ou a uma dimensão isolada da experiência escolar. Ao articular os três eixos investigados (conceitos, espaços e fatores de engajamento), evidencia-se que a consciência política juvenil é produzida na intersecção entre disputas simbólicas, mediações institucionais e experiências concretas vividas pelos jovens.

Os estudos analisados revelam que a juventude é permanentemente construída como categoria em disputa: ora reconhecida como sujeito de direitos, ora enquadrada por dispositivos institucionais que limitam sua participação efetiva. Do mesmo modo, a política aparece tensionada entre duas lógicas: uma que a reduz à participação formal, regulada e frequentemente esvaziada de conflito; e outra que a compreende como prática social, experiência coletiva e processo formativo.

Quando observados de forma integrada, os resultados indicam que o ponto central não está apenas em identificar onde a formação política ocorre, mas em compreender sob quais condições ela se torna possível. A escola e a universidade não são, em si, espaços emancipatórios ou despolitizados; tornam-se uma coisa ou outra conforme as mediações pedagógicas e institucionais que as atravessam. Da mesma forma, os movimentos sociais e coletivos juvenis não operam automaticamente como espaços formativos, mas ganham potência quando articulam experiência, organização e elaboração crítica.

O que emerge, portanto, não é uma oposição simples entre instituição e resistência, mas uma dinâmica marcada por tensões permanentes. A formação política das juventudes acontece quando há articulação entre experiência vivida, reconhecimento coletivo e possibilidade real de participação. Ela se enfraquece quando a política é reduzida à

informação, quando a participação é burocratizada ou quando as juventudes são tratadas apenas como destinatárias de políticas, e não como produtoras de sentidos.

Assim, longe de sustentar a narrativa recorrente da apatia juvenil, os estudos analisados indicam que o engajamento político é profundamente condicionado pelas oportunidades formativas e pelas condições estruturais de participação. A questão central desloca-se da suposta falta de interesse dos jovens para a qualidade dos espaços educativos e institucionais oferecidos a eles.

Essa síntese reafirma que a formação política das juventudes é um processo relacional e historicamente situado, que exige mediações pedagógicas intencionais, reconhecimento das experiências juvenis e abertura institucional à participação real. Mais do que perguntar se os jovens participam, torna-se necessário perguntar que condições estão sendo produzidas para que essa participação se constitua como experiência formativa e emancipatória.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta pesquisa indicam que a formação política das juventudes, no Brasil contemporâneo, não pode ser compreendida fora das disputas institucionais e simbólicas que atravessam o campo educacional. Entre 2021 e 2025, período marcado por tensões democráticas, reformas educacionais e reconfigurações das políticas públicas, as juventudes ocuparam lugar central tanto como protagonistas de mobilizações quanto como alvo de projetos que tensionam a escola pública e a universidade como espaços de formação crítica. Nesse cenário, compreender como a literatura recente explica os processos de formação e consciência política torna-se tarefa fundamental para interpretar os rumos da educação brasileira.

A pesquisa partiu da seguinte questão: como os estudos publicados em português entre 2021 e 2025 explicam os processos de formação e consciência política entre as juventudes? Ao realizar uma Revisão Sistemática da Literatura (Silva, 2024) no Catálogo de Periódicos da CAPES, analisando 17 produções selecionadas dentre 43 inicialmente encontradas, tornou-se possível compreender que a formação política das juventudes tem sido interpretada como um processo relacional, experiencial e situado nos espaços educacionais e nas práticas coletivas.

Em relação ao objetivo geral, que buscou compreender a formação política das juventudes no contexto nacional, considerando os espaços educacionais que contribuem para

o desenvolvimento da consciência política, os resultados indicam que a literatura recente converge ao reconhecer que a formação política não se restringe à transmissão de conteúdos formais. Ao contrário, ela se constrói na articulação entre escola, universidade, movimentos estudantis, coletivos juvenis e experiências territoriais. A consciência política emerge como processo dinâmico, atravessado por contradições e mediações institucionais e subjetivas, dialogando com as contribuições de Iasi (1999), Larrosa (2019) e bell hooks (2013), já discutidas neste trabalho.

No que se refere ao primeiro objetivo específico, identificar os conceitos de juventude e de política mobilizados na literatura, constatou-se que as produções analisadas adotam uma perspectiva ampliada e plural. As juventudes são compreendidas como condição social histórica, atravessada por desigualdades estruturais, e não como etapa homogênea da vida. A política, por sua vez, é entendida predominantemente como prática social e experiência educativa, superando concepções restritas à institucionalidade. Essa convergência reforça o pressuposto de que a juventude é sujeito político no presente e não apenas promessa de futuro.

Quanto ao segundo objetivo específico, identificar os ambientes de formação política, os estudos evidenciam que a escola e a universidade ocupam lugar estratégico, embora ambíguo. Se, por um lado, podem favorecer processos de conscientização quando orientadas por práticas pedagógicas críticas e participativas, por outro, frequentemente operam sob lógicas tecnicistas e individualizantes, especialmente no contexto das reformas educacionais recentes. Movimentos sociais, movimento estudantil e coletivos juvenis aparecem, na literatura, como espaços altamente potentes de formação política, pois possibilitam experiências concretas de organização, pertencimento e ação coletiva.

No que se refere ao terceiro objetivo específico, identificar fatores que favorecem ou limitam o engajamento político juvenil, os resultados demonstram que o engajamento é condicionado por múltiplas dimensões. Fatores pedagógicos, como metodologias dialógicas e currículos críticos, favorecem a participação; fatores institucionais, como burocratização e ausência de escuta efetiva, tendem a limitá-la; e fatores subjetivos, como identidade, pertencimento e reconhecimento, desempenham papel central na permanência ou afastamento dos jovens dos espaços políticos. Esses achados afastam interpretações simplistas sobre suposta apatia juvenil e reforçam a importância das mediações educativas na construção da consciência política.

A literatura evidencia que o engajamento político não decorre de disposições isoladas, mas da presença (ou ausência) de mediações pedagógicas, institucionais e subjetivas capazes de transformar vivências em consciência crítica.

No entanto, a pesquisa apresenta limitações. O recorte temporal (2021–2025) restringe a análise a um período específico, marcado por intensas transformações políticas e educacionais no Brasil. Além disso, a opção por produções disponíveis no Catálogo de Periódicos da CAPES pode ter excluído estudos relevantes publicados em outros repositórios ou em formatos distintos. Outro limite refere-se à predominância de estudos qualitativos, o que, embora enriqueça a compreensão processual da formação política, dificulta generalizações mais amplas.

Apesar dessas limitações, a pesquisa oferece contribuições relevantes para o campo da educação e das ciências sociais. Ao sistematizar e articular produções recentes, evidencia tendências teóricas, lacunas e tensões presentes no debate contemporâneo sobre juventude e política. Destaca, sobretudo, a necessidade de fortalecer práticas pedagógicas democráticas, ampliar espaços reais de escuta e participação estudantil e reconhecer as experiências juvenis como centrais nos processos de escolarização.

Como recomendação, aponta-se a importância de: (a) aprofundar pesquisas empíricas que investiguem o cotidiano escolar como espaço de formação política; (b) analisar de forma mais sistemática a interseção entre juventudes, raça, gênero e sexualidade nos processos de conscientização; (c) e desenvolver políticas educacionais que articulem formação científica e formação da consciência política, evitando a fragmentação curricular e a redução da juventude à lógica da empregabilidade.

Por fim, esta pesquisa reafirma que pensar a formação política das juventudes é, inevitavelmente, pensar a escola como território em disputa. Não se trata apenas de garantir acesso à educação, mas de questionar que tipo de formação está sendo oferecida e a serviço de qual projeto de sociedade. Reconhecer as juventudes como sujeitos políticos no presente implica escutá-las, dialogar com suas experiências e construir, coletivamente, práticas educativas comprometidas com a democracia e com a transformação social.

Encerrar este trabalho é, portanto, reafirmar a convicção de que a educação não é neutra. Ela pode reproduzir desigualdades ou pode contribuir para a formação de consciências críticas. Os estudos analisados demonstram que, quando a escola se abre ao diálogo, à

participação e à experiência vivida, ela se transforma em espaço de potência. É nesse horizonte que esta pesquisa se insere.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam. Juventudes na escola: sentidos e buscas. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 115, p. 15–32, 2018.

ALVES, Jadelma de Barros; FERNANDES, Saulo Luders; MESQUITA, Marcos Ribeiro. Produção de Subjetividade e Militância Política dos Jovens do Movimento Sem Terra no Semiárido Alagoano. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 10–29, 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revispsi/article/view/59366>. Acesso em: 25 nov. 2025.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente (ECA) e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 1990.

BRASIL. **Estatuto da Juventude**: Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude (Sinajuve). Diário Oficial da União, Brasília, 2013.

BOCK, Ana Maria; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes. A psicologia ou as psicologias. In.: BOCK, Ana Maria; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes. *Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia*. São Paulo: Saraiva, 2008.

CRISTO, H. S. de; NASCIMENTO FILHO, A. S.; ARAGÃO, J. W. M. de; SABA, H. Juventude, política e fake news: metaestudo das produções acadêmicas em periódicos científicos entre os anos 2009 e 2019. **Revista de Gestão e Secretariado**, [S. l.], v. 15, n. 5, p. e3670, 2024. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/3670>. Acesso em: 25 nov. 2025.

CRISTO, H. S. de; NASCIMENTO FILHO, A. S.; SABA, H. Transparência, comunicação, informação e movimentos sociais: formação política e participação sociopolítica dos portais institucionais. **Revista de Gestão e Secretariado**, [S. l.], v. 15, n. 5, p. e3671, 2024. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/3671>. Acesso em: 25 nov. 2025.

CRISTO, Hélio Souza de; ARAGÃO, José Wellington Marinho de; SABA, Hugo. Os jovens podem participar? Considerações acerca da participação e formação políticas juvenis. **Cadernos de Pós-graduação**, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 46–58, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/cadernosdepos/article/view/22908>. Acesso em: 25 nov. 2025.

DAYRELL, Juarez Tadeu de Paula. **A escola “faz” as juventudes?** Reflexões em torno da socialização juvenil. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1105–1128, 2007.

DEMOGALSKI, T.; RIBEIRO DA SILVA, M. O instituto Ayrton Senna e a reforma do ensino médio: uma análise dos materiais produzidos para o Ensino Médio Integral de Tempo Integral (EMITI) em Santa Catarina. **Revista Exitus**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. e023045, 2023. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.ufopa.edu.br/index.php/revistaexitus/article/view/2216>. Acesso em: 25 nov. 2025.

FERREIRA, Aurino Lima; SILVA, Maria Lúcia Ferreira da; CUNHA, Djailton Pereira da. **PROMOÇÃO DE RESILIÊNCIA**: a comunidade na percepção de juventudes periféricas.

Periferia, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 133–157, 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/periferia/article/view/57110>. Acesso em: 25 nov. 2025.

FERREIRA, Joelson; FELÍCIO, Erahsto. **Caminhar para a soberania pedagógica**. In: FERREIRA, Joelson; FELÍCIO, Erahsto. Por terra e território: caminho da revolução dos povos no Brasil. **Arataca: Teia dos Povos**, p. 79–89. 2021.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967. Disponível em: <https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/11/Paulo-Freire-Educa%C3%A7%C3%A3o-como-pr%C3%A1tica-da-liberdade.pdf>. Acesso em 27/03/2026

FRIGOTTO, Gaudêncio. Formação humana omnilateral e o Ensino Médio Integrado: a (des)conexão entre formação científica e política da juventude. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S. l.], v. 1, n. 24, p. e17172, 2024. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/17172>. Acesso em: 25 nov. 2025.

GIL, Gilberto. VELOSO, Caetano. **Divino Maravilhoso**. In: COSTA, Gal — Gal Costa. Rio de Janeiro, Universal Music LTDA, 1969.

GROPPO, L. A. et al.. Subjetivações políticas em campo: itinerários juvenis e as Jornadas de Junho de 2013. **Educação e Pesquisa**, v. 49, p. e271463, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/F3T5RGp4hKpXsnvCxmX55RC/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 27 jan. 2026.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/sele%C3%A7%C3%A3o_2020.1/hooks_-_Ensinando_a_transgredir.pdf. Acesso em: 10 fev. 2026.

IASI, Mauro Luís. **Processo de consciência**. CPV. São Paulo, 1999.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. Companhia das Letras. São Paulo, 2020.

LARROSA BONDÍA, Jorge. **Notas sobre a experiência e o saber de experiência**. Revista Brasileira de Educação, n. 19, p. 20–28, jan./abr. 2002. Tradução de João Wanderley Geraldi. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/Ycc5QDzZKcYVspCNspZVDxC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 8 out. 2025.

LUNA, Karla Ignes; JUNIOR, Marcos Vinícius Campelo; SILVA, Jéssica Adriana da. Aula de protestos: reflexões sobre cidadania e democracia em sala de aula. **Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade**, v. 9, n. 21, p. 323–335, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/persdia/article/view/15970>. Acesso em: 25 nov. 2025

MESQUITA, Marcos Ribeiro. **Movimento estudantil brasileiro**: práticas militantes na ótica dos Novos Movimentos Sociais. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 66, p. 117–149, 2003.

MIORANDO, Bernardo Sfredo; LEITE, Denise. Dimensões do engajamento estudantil para o contexto brasileiro: a emergência política da participação para a inovação pedagógica na educação superior. **Educação Por Escrito**, v. 9, n. 2, p. 170–187, 2019. Disponível em: <https://pucrs.emnuvens.com.br/poescrito/article/view/31563>. Acesso em: 13 out. 2025.

MORTADA, Samir Pérez. **Memória e política**: um estudo de psicologia social a partir do depoimento de militantes estudantis. 2002. 303 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-20052005-210058/publico/Samir_memoira_me.pdf. Acesso em: 14 out. 2025.

NERY, Marina Zaidan; NATIVIDADE, Carliane Maria do Carmo Lins da; BONA, Viviane de. A cidade e a educação: um estudo sobre práticas pedagógicas e a formação cidadã. **Diversitas Journal**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 1243–1264, 2021. Disponível em: https://diversitasjournal.com.br/diversitas_journal/article/view/1420. Acesso em: 25 nov. 2025.

OLIVEIRA, Alexandra maria de. Juventude camponesa na luta pela educação pública no Ceará, Brasil. **Revista Nera**, n. 57, p. 283–301, 2021. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/8505>. Acesso em: 25 nov. 2025

ORBICAST #002 – Erika Hilton. Locução de: Ivana Moreira; participação especial de Fé Felício. Orbicast, 2022. Podcast (53:41). Disponível em: https://youtu.be/G8KaEci9_QM. Acesso em: 18 fev. 2026.

POCHMANN, Marcio. **Juventude em busca de novos caminhos no Brasil**. In: NOVAES, Regina; VANNUCCHI, Paulo (org.). Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Instituto Cidadania, 2004. p. 217–240. Disponível em: https://sites.uel.br/prograd/wp-content/uploads/gepe/materiais/juventude_sociedade.pdf. Acesso em: 20 out. 2025.

PORCIÚNCULA, Vanessa Rodrigues. Redes, resistências e as lutas pela educação: uma experiência de diálogo no PPGEDU-UFRGS. **Cadernos de Pós-graduação**, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 45–52, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/cadernosdepos/article/view/23024>. Acesso em: 25 nov. 2025.

RIBEIRO, Renato Janine. **Política e juventude**: o que fica da energia. In: NOVAES, Regina; VANNUCCHI, Paulo (org.). Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 14–33.

RODRIGUES, Ana Cláudia da Silva; SÜSSEKIND, Maria Luiza. Conversa com Valdirene Alves de Oliveira, atual Coordenadora-Geral de Ensino Médio do Ministério da Educação. **Revista Educação e Emancipação**, v. 17, n. 3, p. 510–523, 2024 Disponível em: <https://periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/reducacaoemancipacao/article/view/25506>. Acesso em: 25 nov. 2025.

SANTOS, Cristina de Paula; MESSIAS, Marcio de Melo; ALMEIDA, Emanuel Rodrigues; BARBOSA, Fabiano Geraldo. A formação integral do aluno no ensino médio: análise do novo Ensino Médio sob a perspectiva da educação politécnica. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/rsd/article/view/38624>. Acesso em: 25 nov. 2025.

SILVA, Andréa Wahlbrink Padilha da; PALUDO, Conceição. As organizações da juventude e o movimento de massas como palco da resistência juvenil. **Cadernos de Pós-graduação**, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 17–30, 2024. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/cadernosdepos/article/view/22917>. Acesso em: 25 nov. 2025.

SILVA, Conceição Firmina Seixas; AZEVEDO, Giselle Arteiro Nielsen; BEZERRA, Heloisa Dias. Escuta e diálogo: crianças e jovens na formação de minipúblicos potentes para a construção de políticas inclusivas. **Desidades**, Rio de Janeiro , n. 31, p. 21-37, 2021 . Disponível em

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2318-92822021000300002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 25 nov. 2025.

SILVA, Moisés Figueiredo da; MOLDERO , Leonardo de Souza; TRINDADE, Luciano Henrique; BARBOSA, Antônio Pires. Percurso metodológico para revisões sistemáticas em ciências sociais aplicadas: desafios, estratégias e impactos. **ARACÊ**, [S. l.], v. 6, n. 4, p. 18600–18617, 2024. Disponível em:

<https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/2573>. Acesso em: 10 nov. 2025.

SOUZA, Candida de; PAIVA, Ilana Lemos de. Faces da juventude brasileira: entre o ideal e o real. **Estudos de Psicologia** (Natal), v. 17, p. 353–360, 2012.

SOUSA, Leila Lima de. A juventude é um direito para quem? Processos de reivindicação do direito à juventude no Maranhão. **Revista Observatório**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. a24pt, 2023.

Disponível em:

<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/15688>. Acesso em: 25 nov. 2025.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

SPOSITO, Marília Pontes. Juventude e educação: interações entre a educação escolar e a educação não formal. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 2, p. 83–98, 2008.

XAVIER, Sara Martin. Ação coletiva e participação política: experiências de jovens na passagem da adolescência para a vida adulta. **Primeiros Estudos – Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, 2024.

APÊNDICE A — Tabela 1: Artigos científicos aceitos

Nº	Resumo	Como citar
1	A pesquisa descritiva exploratória teve como objetivo analisar os efeitos psicossociais da subjetivação política dos/as jovens assentados/as do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. O estudo se amparou, como aporte teórico, em leituras da psicologia política, da psicologia social e da filosofia da diferença. O desenvolvimento metodológico se deu pela proposta cartográfica, referenciada em autores como Gilles Deleuze e Félix Guattari. Participaram dessa pesquisa dez jovens de um assentamento rural do semiárido alagoano, com idade entre 18 e 26 anos. Os instrumentos metodológicos utilizados foram grupos focais e diários de campo. Os dados analíticos produziram-se com base em três olhares analisadores: olhares para a militância política de uma juventude assentada, olhares para a violência simbólica vivida no seu cotidiano e olhares para os processos de (trans)formação política pelos quais passam, ao longo da trajetória de vida, nos contextos rurais e de militância de que fazem parte. Ao analisar os diferentes modos de vivenciar e significar a militância, considera-se que é possível fortalecer o pertencimento dos sujeitos de um movimento social, a partir da junção das singularidades e valorização da heterogeneidade dos modos de ser e existir.	ALVES, Jadielma de Barros; FERNANDES, Saulo Luders; MESQUITA, Marcos Ribeiro. Produção de Subjetividade e Militância Política dos Jovens do Movimento Sem Terra no Semiárido Alagoano. Estudos e Pesquisas em Psicologia, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 10–29, 2021. DOI: 10.12957/epp.2021.59366. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/revispsi/article/view/59366. Acesso em: 26 nov. 2025.
2	Este trabalho teve como objetivo mapear discutindo o estado do conhecimento da produção científica sobre juventude, fake news, formação política e participação política publicada em periódicos entre 2009 e 2019. Trata-se de uma revisão bibliográfica sistemática, utilizando a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), o Scopus, o Scientific Electronic Library Online (SciELO) e o Google Acadêmico como base de dados. Para inventariar os estudos correlatos às categorias analisadas, o meta estudo se constitui a ferramenta e caminho metodológicos à integração, análise e síntese do conhecimento científico produzido. 18 artigos foram selecionados e classificados de acordo com os conceitos e as perspectivas teóricas que apresentam, e seus estudos foram agrupados em 05 temas por problemáticas convergentes. Os resultados apontam a inexistência de publicações que articulem juventude, formação política, participação política e fake news; assim como a compreensão que a participação política juvenil não ocorre num vazio histórico e cultural.	CRISTO, H. S. de; NASCIMENTO FILHO, A. S.; ARAGÃO, J. W. M. de; SABA, H. Juventude, política e fake news: metaestudo das produções acadêmicas em periódicos científicos entre os anos 2009 e 2019. Revista de Gestão e Secretariado, [S. l.], v. 15, n. 5, p. e3670, 2024. DOI: 10.7769/gesec.v15i5.3670. Disponível em: https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/3670. Acesso em: 27 nov. 2025.

3	Este trabalho bibliográfico de abordagem qualitativa busca tecer considerações sobre os elementos disponibilizados em portais institucionais de grupos, coletivos, organizações e movimentos sociais que se constituem como instrumentos potenciais à participação sociopolítica dos cidadãos. Por isso, chamar a atenção sobre a relação entre juventudes, participação sociopolítica e direito de acesso à informação, a partir das dimensões participação, comunicação e accountability significa considerar que uma parcela da juventude está inserida nos ciberespaços, cuja inserção incide sobre seus processos de formação política e participação sociopolítica. Considera-se os portais institucionais de grupos, coletivos, organizações e movimentos sociais como canais de acesso ao direito à informação através dos quais é possível, também, fomentar a participação política e democrática, cuja estrutura dos portais – via interação e transparência através das tecnologias digitais da informação e comunicação – pode funcionar como ferramenta de construção e disseminação de ideias, informações, denúncias, controle social e diálogo aberto, participativo e democrático.	CRISTO, H. S. de; NASCIMENTO FILHO, A. S.; SABA, H. Transparência, comunicação, informação e movimentos sociais: formação política e participação sociopolítica dos portais institucionais . Revista de Gestão e Secretariado, [S. l.], v. 15, n. 5, p. e3671, 2024. DOI: 10.7769/gesec.v15i5.3671. Disponível em: https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/3671. Acesso em: 27 nov. 2025.
4	O presente artigo tem como objetivos conceituar participação e discutir analisando as relações entre juventudes, jovens e política, tendo como abordagem principal os diálogos existentes entre formação e participação políticas. O trabalho se caracteriza como revisão sistemática de literatura subsidiado por abordagem qualitativa, cujos referenciais teóricos se fundamentam nos estudos que dialogam sobre os temas juventude, jovens, formação política e participação política. Os resultados apontam para a polissemia do termo participação, o que coloca em evidência a complexa relação entre formação e participação políticas. Assim como, chamam atenção que as práticas de participação política juvenis variam conforme suas experiências, contextos, condições juvenis e as relações que constroem com as instâncias formativas sociais. Além disso, a revisão de literatura sinaliza, por um lado, a descrença dos jovens com o formato tradicional de fazer política no Brasil e, por outro lado, a esperança dos jovens em novas formas de participação política.	CRISTO, Hélio Souza de; ARAGÃO, José Wellington Marinho de; SABA, Hugo. Os jovens podem participar? Considerações acerca da participação e formação políticas juvenis. Cadernos de Pós-graduação, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 46–58, 2022. DOI: 10.5585/cpg.v21n2.22908. Disponível em: https://periodicos.uninove.br/cadernosdepos/article/view/22908. Acesso em: 26 nov. 2025.

5	O artigo analisa o papel do Instituto Ayrton Senna (IAS) no processo de implementação do Programa Ensino Médio Integral de Tempo Integral (EMITI) no âmbito da reforma do Ensino Médio no estado de Santa Catarina. O EMITI, na rede estadual analisada, contou com a produção de materiais sob assessoria do IAS e teve como centralidade a ideia de protagonismo juvenil associada ao conceito de trabalhabilidade. A análise documental teve como categorias centrais as proposições sobre protagonismo juvenil e trabalhabilidade, e, a partir dessas categorias, são discutidas as implicações para a formação da juventude, dentre as quais se destaca um processo por meio do qual o direito à educação como um direito social é desconstruído ao se priorizar a subjetivação da educação como uma cultura de adaptação e tornar central a concepção da formação do jovem como um empresário de si.	DEMOGALSKI, T.; RIBEIRO DA SILVA, M. O INSTITUTO AYRTON SENNA E A REFORMA DO ENSINO MÉDIO: uma análise dos materiais produzidos para o Ensino Médio Integral de Tempo Integral (EMITI) em Santa Catarina. Revista Exitus, [S. l.], v. 13, n. 1, p. e023045, 2023. DOI: 10.24065/2237-9460.2023v13n1ID2216. Disponível em: https://portaldeperiodicos.ufopa.edu.br/index.php/revistaexitus/article/view/2216. Acesso em: 26 nov. 2025.
6	Estudos envolvendo processos de promoção de resiliência em comunidades periféricas são escassos na literatura brasileira. Esta pesquisa qualitativa, exploratória participante, objetivou investigar as percepções de dez jovens periféricos em relação à comunidade em que vivem, no intuito de mapear possíveis processos de resiliência mobilizados a partir de uma experiência de formação humana de cinco anos com base na promoção de resiliência. Através da análise de conteúdo de entrevistas semiestruturadas foi levantada uma macrocategoria que trata da relação com a comunidade periférica. Os resultados indicam que a participação em processos de promoção de resiliência parece: ampliar a percepção da visão de comunidade para além da violência, incluindo-a como rede de apoio e cuidado de si e do outro; positivar a relação com a comunidade geralmente marginalizada pelo imaginário social e perceber a dimensão solidária e política da comunidade. Nesta perspectiva, a promoção de resiliência nas periferias pode assumir um caráter de aprender a sustentar uma vida de autoria, transcendendo os fins atuais dos modos adaptativos de resiliência e as formas de assujeitamento veiculadas pela sociedade atual.	FERREIRA, Aurino Lima; DA SILVA, Maria Lúcia Ferreira; DA CUNHA, Djailton Pereira. PROMOÇÃO DE RESILIÊNCIA: a comunidade na percepção de juventudes periféricas. Periferia, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 133–157, 2021. DOI: 10.12957/periferia.2021.57110. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/periferia/article/view/57110. Acesso em: 26 nov. 2025.
7	O presente texto é parte do aprofundamento teórico sobre o sentido de integração e de Ensino Médio Integrado, concebido como pilar no confronto com a dualidade estrutural na Educação Básica e na disputa entre a direção da formação científica e a política da juventude. Nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, esta disputa é central para cumprirem a sua função social de promover o “desenvolvimento sustentável” e a “qualidade de vida” das populações onde atuam. O aprofundamento e a disputa inscrevem-se no sentido ontológico, epistemológico e político prático de integração, mormente no Ensino Médio. Do mesmo modo, a disputa da compreensão, desde a infância, do princípio educativo do trabalho produtivo socialmente útil e a dimensão contraditória da proibição do trabalho infantil	FRIGOTTO, Gaudêncio. Formação humana omnilateral e o Ensino Médio Integrado : a (des)conexão entre formação científica e política da juventude. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, [S. l.], v. 1, n. 24, p. e17172, 2024. DOI: 10.15628/rbept.2023.17172. Disponível em: https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/17172. Acesso em: 26 nov. 2025.

	pautada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT).	
8	Tendo como tema as subjetivações políticas nas Jornadas de Junho de 2013, o artigo objetiva analisar a formação política de jovens propiciada pela experiência de participação nas manifestações, bem como suas influências na reconstrução de identidades e trajetórias políticas e educacionais. Em diálogo com as noções de itinerários e trajetórias, é feita uma revisão bibliográfica sobre produtos que trataram das Jornadas de 2013 nos temas juventude, estudantes, educação, subjetivações e identidades. Como referencial teórico, a noção de subjetivação política de Jacques Rancière orienta a formulação de questões de pesquisa, as quais são apresentadas como principais resultados. Assim, como resultados, mais do que conclusões, o artigo constrói roteiros de análise que orientarão a pesquisa de campo para a pesquisa “Dimensões educacionais das Jornadas de 2013: Pautas educacionais, experiências escolares e formação política de jovens em protesto”, quando serão entrevistados militantes e ativistas em dez estados brasileiros. Destacam-se as interrogações sobre as tensões e aproximações entre, de um lado, as experiências contingentes de participação nos protestos – que criaram momentos de subjetivação política – e, de outro, a convivência, em “multidão”, de múltiplas identidades que são afirmadas e reconstruídas. Também, interrogações a respeito das ambiguidades e contradições das Jornadas, expressas na bifurcação dos caminhos dos protestos nos anos seguintes, entre a continuidade de manifestações progressistas e a deriva conservadora que implicou no impeachment de Dilma, em 2016, e na eleição do candidato da extrema-direita, em 2018.	GROPPO, L. A. et al.. Subjetivações políticas em campo: itinerários juvenis e as Jornadas de Junho de 2013 . Educação e Pesquisa, v. 49, p. e271463, 2023.
9	As reflexões que seguem foram elaboradas a partir de uma experiência didática, realizada com estudantes do segundo ano do ensino médio de uma escola pública, situada na periferia da cidade de Maringá, no estado do Paraná. O estudo teve início com uma proposta-atividade denominada "Oficina de Cartazes". Diante do material resultante dessa atividade, foi elaborado um mapeamento de caráter qualitativo, que teve por diretrizes as pautas políticas, os anseios, as inquietações e as discussões apresentadas pelos estudantes. Os esforços estiveram direcionados na tentativa de identificar em que medida os pesquisados tecem suas percepções sensíveis e práticas para fundamentar suas visões acerca da política, e como isso pode corroborar para um reconhecimento dos mesmos na posição de sujeitos políticos. Foi possível empreender as seguintes constatações: a) traçar um breve panorama a respeito da conjuntura política do Brasil naquele momento; b) vislumbrar a representação da democracia enquanto um valor sociopolítico que influencia a participação política da juventude; c) constatar a importância da Sociologia enquanto disciplina escolar, fundamental para embasar	IGNES LUNA, K.; VINÍCIUS CAMPELO JUNIOR, M.; ADRIANA DA SILVA, J. Aula de protestos: reflexões sobre cidadania e democracia em sala de aula. Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade, v. 9, n. 21, p. 323-335, 11 nov. 2022.

	e dar suporte à formação cidadã e à construção do pensamento crítico dos estudantes.	
10	A quem é dado o direito de ser jovem no Brasil? Essa pergunta é a base de sustentação deste artigo que traz elementos de pesquisa de campo realizada nas cidades de Codó e Imperatriz, duas cidades do interior do Maranhão, durante os meses de julho a setembro de 2018. Através de entrevistas semiestruturadas e em profundidade, 5 lideranças jovens na cidade de Codó e 4 na cidade de Imperatriz, refletiram sobre processos de articulação e de formação política e sobre as estratégias produzidas para a reivindicação da cidadania juvenil. Identificamos como os diferentes marcadores sociais alteram a percepção e as experiências das juventudes (AKOTIRENE, 2019; WELLER, 2005). Concluímos que denunciar as desigualdades é uma dimensão político-cidadã para elaborar novas existências juvenis. Estratégias de mobilização que são estruturadas pela comunicação.	LIMA DE SOUSA, Leila. A JUVENTUDE É UM DIREITO PARA QUEM? PROCESSOS DE REIVINDICAÇÃO DO DIREITO À JUVENTUDE NO MARANHÃO. Revista Observatório , [S. l.], v. 9, n. 1, p. a24pt, 2023. DOI: 10.20873/uft.2447-4266.2023v9n1a24pt. Disponível em: https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/15688. Acesso em: 26 nov. 2025.
11	A educação não formal é um espaço de formação e aprendizagem de saberes para a vida, espaço este, sociopolítico, cultural e pedagógico. Nesse sentido, as ONGs e os movimentos sociais são os locais mais comuns onde ela ocorre. Partindo dessa premissa, o presente artigo teve como objetivo identificar, a partir da perspectiva dos jovens participantes, a efetividade das práticas pedagógicas do curso Juventude e Espaço Urbano, em uma ONG localizada na cidade de Recife, no estado de Pernambuco. Como metodologia utilizou-se a pesquisa qualitativa, tendo como instrumentos a observação sistemática e entrevistas com nove jovens periféricos participantes do curso. Já na análise dos dados coletados empregamos a análise de conteúdo segundo Bardin (2011). A partir do acompanhamento dos encontros formativos e das intervenções realizadas em suas comunidades, identificamos que a ONG utiliza como instrumentos pedagógicos a realização de oficinas, projetos, intervenções, autoavaliação e avaliação da turma. A sistematicidade e a intencionalidade das educadoras sociais, ao realizarem os encontros, foi latente durante o período pesquisado e muito significativas para a efetividade da aprendizagem. Ademais, através das entrevistas identificamos o olhar do jovem para o curso e para a educação não formal, e percebemos como alguns jovens, por exemplo, não sabiam distinguir as práticas realizadas na escola e na ONG, enquanto outros constataavam grande diferença. Além disso, buscamos verificar a eficiência do curso na formação cidadã dos jovens participantes, principalmente através do engajamento gerado, assim como da conscientização dos mesmos sobre o espaço onde vivem. Portanto, verificamos a importância da educação não formal na vida desses jovens periféricos, uma vez que proporciona o conhecimento teórico e prático acerca do direito à cidade e das possibilidades de intervenção em suas comunidades, ampliando o olhar crítico deles para o	NERY, Marina Zaidan; NATIVIDADE, Carliane Maria do Carmo Lins da; BONA, Viviane de. A cidade e a educação: um estudo sobre práticas pedagógicas e a formação cidadã. Diversitas Journal, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 1243–1264, 2021. DOI: 10.17648/diversitas-journal-v6i1-1420. Disponível em: https://diversitasjournal.com.br/diversitas_journal/article/view/1420. Acesso em: 26 nov. 2025.

	espaço onde vivem, como também, as práticas pedagógicas empregadas no decorrer do curso, trouxeram liberdade, criticidade e acima de tudo autonomia para eles, os auxiliando a propor projetos efetivos e ampliando o conhecimento que possuíam.	
12	A juventude camponesa constituiu uma agenda de formação política, socioeconômica e cultural, com mobilizações de luta pelo acesso à terra, ao trabalho e à educação pública de qualidade, no campo e na cidade. O objetivo deste artigo é analisar o protagonismo da juventude sem-terra, no Ceará, no processo de democratização da universidade pública, a partir da prática política nos cursos de formação sobre a realidade brasileira para jovens do campo (2001 a 2019). Em tempos de ameaças aos movimentos socioterritoriais e à educação pública brasileira, o resgate da memória, estimulado ao longo dos períodos de formação, passa a ser um caminho de fortalecimento de outras leituras e projetos de desenvolvimento no país. A metodologia foi baseada na leitura de artigos referentes à temática, na observação participante, em entrevistas diretas e na coleta de matérias escritas em revistas, jornais e mídias sociais. O protagonismo da juventude tem-se configurado na constituição de uma agenda própria, desenvolvida por diferentes coletivos e eventos, como marchas, ocupações e jornadas de luta em defesa da terra e do território, da reforma agrária popular, da educação pública de qualidade e de um projeto de vida a favor da diversidade social no campo e na cidade.	OLIVEIRA, ALEXANDRA MARIA DE. JUVENTUDE CAMPONESA NA LUTA PELA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO CEARÁ, BRASILREVISTA NERA, n. 57, p. 283–301, 2021. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/8505. Acesso em: 26 nov. 2025.
13	Este trabalho tem como objetivo geral sistematizar as reflexões realizadas durante o seminário Juventudes e Ação Política: individuações, reflexividades e redes de mobilizações. Durante o seminário, as principais temáticas abordadas pelos participantes foram a participação de jovens no movimento estudantil, e as possibilidades de pensar os movimentos sociais de juventude com a juventude. Destacando a própria organização e condução do seminário. A partir das falas podemos destacar dois aspectos que julgamos importantes para o debate sobre a participação da juventude nos movimentos estudantis: o caráter educativo dos movimentos e a formação de uma coletividade juvenil. A metodologia utilizada para a escrita do artigo está baseada nos quatro passos para a sistematização de experiência.	PORCIÚNCULA, Vanessa Rodrigues. Redes, resistências e as lutas pela educação: uma experiência de diálogo no PPGEDU-UFRGS. Cadernos de Pós-graduação, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 45–52, 2023. DOI: 10.5585/cpg.v22n1.23024. Disponível em: https://periodicos.uninove.br/cadernosdepos/article/view/23024. Acesso em: 26 nov. 2025.

14	Ao propormos o dossiê “‘Num cemitério de sonhos... Graças a leis, planos’: políticas práticas curriculares para as juventudes e as propostas para o Ensino Médio no Brasil”, pretendemos ampliar o debate sobre as condições de existência das juventudes no País e sobre como esse tema tem permeado as discussões de jovens, pesquisadores, empresários, elaboradores de políticas, meios de comunicação de massa e comunidades escolares. Sabemos que a discussão é recente e só entrou na pauta das políticas governamentais a partir da década de 1990. Nos últimos anos, porém, impõe-se a necessidade de ações mais efetivas para essa parcela da população, principalmente nas áreas de educação, saúde, trabalho, moradia, arte, cultura e segurança pública. Por isso, convidamos a professora Valdirene Alves de Oliveira para uma conversa sobre o tema. Enfatizamos que nossa convidada tem formação acadêmica e profissional na área de educação. A professora tem graduação em Pedagogia pela Unievangélica, mestrado e doutorado em Educação pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e pós-doutorado em Educação pela UFG. É efetiva da Universidade Estadual de Goiás (UEG) desde 2012 e atua como docente do quadro permanente do Mestrado em Educação da UEG, na Unidade Universitária de Inhumas (PPGE/UEG) desde 2020. Foi coordenadora do PPGE/UEG-Inhumas desde junho de 2022 até maio de 2023. Atualmente é Coordenadora-Geral do Ensino Médio (COGEM) na Secretaria da Educação Básica (SEB) no Ministério da Educação (MEC) desde maio de 2023. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em política educacional, atuando principalmente nos seguintes temas: Ensino Médio, políticas educacionais e formação docente. Durante nossa conversa, temas como direitos, qualidade, juventudes, políticas e poder foram atravessados por questões sobre desigualdades e exclusões, que transbordaram em outros enredamentos sobre mobilizações, resistências e ocupações, instigando-nos a continuar na luta, conforme conclama Emicida (2014): “levanta e anda, vai, levanta e anda, vai, levanta e anda, somos maior, nos basta só sonhar, seguir”.	RODRIGUES, Ana Cláudia da Silva; SÜSSEKIND, Maria Luiza. Conversa com Valdirene Alves de Oliveira, atual Coordenadora-Geral de Ensino Médio do Ministério da Educação . Revista Educação e Emancipação, v. 17, n. 3, p. 510–523, 23 Dez 2024 Disponível em: https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/reducacaoemancipacao/article/view/25506. Acesso em: 26 nov 2025.
----	---	--

15	Este artigo é um estudo sobre as mudanças no ensino médio – a última etapa da educação básica no Brasil – e a educação que se propõe a ser integral para adolescentes e jovens, especialmente aqueles da classe trabalhadora. Para tanto, tomou-se a formação politécnica como modelo de formação integral, concebida por Karl Marx para a educação da juventude operária e o treinamento ideal para a transformação social. Elaborado a partir de um questionamento sobre as políticas públicas na proposta do novo modelo de ensino médio (Lei Federal nº 13.415/17) para uma formação integral, este estudo visa revelar as características de uma educação integral politécnica; discutir as concepções de Marx e Engels sobre a educação integral de adolescentes e jovens e a formação para o trabalho; e refletir sobre a influência do capitalismo no movimento Educação para Todos sobre as políticas públicas educacionais brasileiras desde a década de 1990. Como metodologia, utilizou-se a abordagem ontológica (materialismo histórico-dialético), cuja natureza da pesquisa parte da objetividade para a subjetividade, em consulta bibliográfica entre livros e artigos acadêmicos cujos autores abordam temas relacionados ao ensino politécnico, ao novo ensino médio, ao trabalho e à educação juvenil. Os resultados indicam que o novo ensino médio não seria capaz de atender às necessidades da classe trabalhadora, uma vez que, dominado pelo capitalismo, constitui uma educação para a permanência em condições de dominadores e dominados, entre outros aspectos.	SANTOS, Cristina de Paula; MESSIAS, Marcio de melo; ALMEIDA, Emanuel Rodrigues; BARBOSA, Fabiano Geraldo. A formação integral do aluno no ensino médio: análise do novo Ensino Médio sob a perspectiva da educação politécnica. Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento, 2022. Disponível em: https://rsdjournal.org/rsd/article/view/38624 . Acesso em: 26 nov. 2025.
16	Neste artigo, busca-se analisar o atual desafio das organizações de juventude junto aos movimentos de massas no país, descrever a importância dessas organizações nas lutas sociais e na construção de ferramentas combativas da ofensiva neoliberal atual e demonstrar as formas organizativas desses coletivos e seu papel educativo-político no movimento de massas. Para o percurso teórico-metodológico deste estudo, pontuam-se os fundamentos do Materialismo Histórico e Dialético, em colaboração com o método de triangulação de dados e a análise de conteúdo. Conclui-se, com base nessa perspectiva, que as organizações de juventude ocupam um lugar central no movimento de massas, como a retomada sistemática desses eventos e a garantia de continuidade da trajetória histórica da teoria da organização política, ao mesmo tempo, representante de uma força renovadora de possíveis rupturas e elaboradora de novas compreensões sobre o mundo, principais forças da agitação, propaganda e formação política da juventude.	SILVA, Andréa Wahlbrink Padilha da; PALUDO, Conceição. As organizações da juventude e o movimento de massas como palco da resistência juvenil. Cadernos de Pós-graduação, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 17–30, 2024. DOI: 10.5585/cpg.v23n1.22917. Disponível em: https://periodicos.uninove.br/cadernosdepos/article/view/22917. Acesso em: 26 nov. 2025.

17	Neste artigo analisamos, em uma perspectiva interdisciplinar, aspectos teóricos dos conceitos de representação, participação e deliberação, objetivando por em questionamento a participação em arenas que viabilizem atos de fala e de escuta, atos de troca, tais como os minipúblicos. No caso, elegemos como exemplar as iniciativas voltadas para crianças e jovens, por tratar-se de um público cuja voz é notadamente silenciada quando o assunto envolve política e as decisões políticas que vão ter impacto na vida cotidiana, como os espaços escolares e os equipamentos culturais. Para ilustrar a análise, apresentamos uma experiência fomentada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, que objetiva abrir espaço de fala, escuta e troca para crianças, com vistas a obter subsídios para a implantação de ações e políticas públicas relacionadas com às necessidades locais redução de vulnerabilidades em territórios periféricos.	SILVA, Conceição Firmina Seixas; AZEVEDO, Giselle Arteiro Nielsen; BEZERRA, Heloisa Dias. Escuta e diálogo: crianças e jovens na formação de minipúblicos potentes para a construção de políticas inclusivas. Desidades, Rio de Janeiro, n. 31, p. 21-37, dez. 2021. Disponível em < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2318-92822021000300002&lng=pt&nrm=iso >. acessos em 16 dez. 2025.
----	---	--

APÊNDICE B — Tabela 2: Artigos científicos não aceitos

Nº	Resumo	REF.
18	O objetivo deste estudo foi analisar as ações atribuídas pelas normativas da política de adoção aos profissionais de Psicologia da Vara da Infância e Juventude. Foram submetidos à análise documental o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei Nacional da Adoção, o provimento do Conselho Nacional de Justiça sobre as Varas da Infância e Juventude e a resolução do Conselho Federal de Psicologia sobre a atuação do psicólogo como perito e assistente técnico no Poder Judiciário. Os dados foram analisados por meio da técnica de Análise de Conteúdo Temática. As ações atribuídas pelas normativas da política de adoção aos profissionais de Psicologia contribuem para fundamentar as decisões judiciais, avaliar os pretendentes, auxiliar durante o processo, acolher e escutar suas angústias. Também colaboram para prestar assistência qualificada e integral, oferecer suporte psicológico, legal e social e proporcionar espaços permanentes de reflexão a todos os envolvidos. A vasta quantidade de atribuições e sua natureza técnica podem gerar sobrecarga de trabalho para esses profissionais, cuja formação acadêmica ofertada no Brasil continua atrelada a campos tradicionais.	ALBUQUERQUE, Leonam Amitaf Ferreira Pinto de; LEAL, Noêmia Soares Barbosa; ALBERTO, Maria de Fátima Pereira. Atribuições dos Profissionais de Psicologia na Política de Adoção. Estudos e Pesquisas em Psicologia, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 175–195, 2021. DOI: 10.12957/epp.2021.59379. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/revispsi/article/view/59379 . Acesso em: 26 nov. 2025.

19	Analizamos a história de vida de quatro educadoras, militantes no combate à ditadura civil-militar brasileira, nos anos de 1960-1970. Por meio de suas memórias buscamos entender suas trajetórias de formação, desvelando as principais influências no que concerne às instituições, ideias e perspectivas presentes em seus processos de formação política. Interessou-nos compreender a definição de suas posturas como mulheres, militantes e profissionais. Utilizando a história oral como suporte empírico, vislumbramos o entrelaçamento de vidas construídas com base em uma teia de sociabilidade na qual confluem instituições como a família, escolas públicas e privadas, Igreja católica, entidades e partidos políticos, universidade e agentes a serviço do estado ditatorial. Depreende-se por meio do estudo que a militância da juventude parece ter-se tornado marca indelével de suas experiências como professoras que creram na transformação da juventude e em seu papel na transformação da sociedade.	ARAÚJO, F. M. L.; OLIVEIRA, M. A. T. DE .. Da militância política à constituição do ser professora: memórias revisitadas, histórias entrelaçadas . Revista Brasileira de Educação, v. 27, p. e270001, 2022.
20	Analizamos a história de vida de quatro educadoras, militantes no combate à ditadura civil-militar brasileira, nos anos de 1960-1970. Por meio de suas memórias buscamos entender suas trajetórias de formação, desvelando as principais influências no que concerne às instituições, ideias e perspectivas presentes em seus processos de formação política. Interessou-nos compreender a definição de suas posturas como mulheres, militantes e profissionais. Utilizando a história oral como suporte empírico, vislumbramos o entrelaçamento de vidas construídas com base em uma teia de sociabilidade na qual confluem instituições como a família, escolas públicas e privadas, Igreja católica, entidades e partidos políticos, universidade e agentes a serviço do estado ditatorial. Depreende-se por meio do estudo que a militância da juventude parece ter-se tornado marca indelével de suas experiências como professoras que creram na transformação da juventude e em seu papel na transformação da sociedade.	ARAÚJO, F. M. L.; OLIVEIRA, M. A. T. DE .. Da militância política à constituição do ser professora: memórias revisitadas, histórias entrelaçadas . Revista Brasileira de Educação, v. 27, p. e270001, 2022. https://www.scielo.br/j/rbedu/a/Th4GVXwQgmsTgMbdGLTmfjB/?lang=pt

21	O primeiro semestre de 2023 se desenvolveu de forma vertiginosa, trazendo desde o seu primeiro instante não apenas a expectativa política que as arbitrariedades e as ações de lesa humanidade patrocinadas pelos governos de Temer e de Bolsonaro pudessem ser superadas e o país ingressasse um círculo virtuoso de desenvolvimento econômico e social. Mas, também, pela demonstração de truculência dos apoiadores bolsonaristas que, diante dos resultados das urnas que lhes foram desfavoráveis, escancararam o despreço que nutrem pelas prerrogativas constitucionais vigentes no país, lançaram mão de invasões às sedes dos três poderes, com o uso de métodos terroristas, com o intuito de criar um clima de discórdia e temor entre a população que favorecesse a intervenção das Forças Armadas e a decretação de um golpe de Estado no país. As primeiras ações de Luiz Inácio Lula da Silva, no exercício do seu terceiro mandato à frente da presidência da república, têm sido assim marcadas por posicionamentos favoráveis às reformas sociais que proclamou em sua campanha eleitoral e o enfrentamento de enormes dificuldades, principalmente, no âmbito da articulação política no Congresso Nacional, que tem criado empecilhos para que as propostas possam ser colocadas em prática. No que tange ao envolvimento da juventude com a política educacional no Brasil, neste momento, a discussão em torno do Novo Ensino Médio (Lei 13.415/17) é a que tem se mostrado mais acalorada, com a intensa movimentação das entidades estudantis realizando manifestações públicas e proclamando que "a revogação do Novo Ensino Médio é o passaporte para construção de uma nova escola e a reconstrução do país". [...]	BAUER, Carlos; DIAS, Elaine Dal Mas; BIOTO, Patrícia Aparecida; PERONDI, Maurício; PINHEIRO, Leandro Rogério. Inquietudes, mobilizações sociais e desafios permanentes. Cadernos de Pós-graduação, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 1–5, 2023. DOI: 10.5585/cpg.v22n1.24664. Disponível em: https://periodicos.uninove.br/cadernosdepos/article/view/24664. Acesso em: 26 nov. 2025.
----	---	--

22	Esta pesquisa exprime a tarefa de investigar a trajetória da política de reforma do ensino médio no Brasil, considerando a publicação do Projeto de Lei (PL) nº 6.840/2013 até a homologação da Lei nº 13.415/2017. A investigação da política de reforma educacional se organiza a partir de três pilares: a) no mapeamento da Comissão Especial para a Reformulação do Ensino Médio (CEENSI) e da Comissão Mista, referente aos anos de 2013 e 2017 respectivamente, e seus interlocutores presentes nas reuniões e audiências públicas; b) na sistematização das notas taquigráficas, atas, relatórios das reuniões e audiências públicas, e c) nas movimentações dos textos legislativos, buscando comparar o PL nº 6.840/2013, o Substitutivo ao PL, o Substitutivo redigido e apresentado pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) em 2016, a Medida Provisória (MP) nº 746/2016, o Projeto de Lei de Conversão (PVL) nº 36/2016 e a Lei nº 13.415/2017. Até mesmo as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) só foram retomadas em 2011 e publicadas em 2012, quando passaram a fundamentar o trabalho como princípio educativo e a organização curricular da etapa baseada nos eixos da ciência, cultura, trabalho e tecnologia. Ainda assim, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico (DCNEP), aprovadas em 2012, em seu conteúdo retomavam parte dos princípios da década de 1990, orientando os seus postulados para os componentes da competência e da adaptação ao mercado de trabalho (CIAVATTA e RAMOS, 2012). [...]	BUENO, Alana Lemos. A REFORMA DO ENSINO MÉDIO: DO PROJETO DE LEI Nº 6.840/2013 À LEI Nº 13.415/2017. Revista Trabalho Necessário, [S. l.], v. 21, n. 44, p. 01–05, 2023. DOI: 10.22409/tn.v21i44.57339. Disponível em: https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/57339. Acesso em: 26 nov. 2025.
23	Este número da Cadernos de Pós-graduação, escrito a quatro mãos, encerra o ano de 2022, como o de um clico doloroso e sofrido para toda população nacional, em que pese os maus tratos dados à sociedade, particularmente, à saúde, à educação e à cultura. Enfrentamos embaraços e obstáculos desencadeados por ações governamentais alheias e distantes do desenvolvimento educacional, em especial, com a restrição de verbas destinadas aos mais destacados órgãos federais, como Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas na Educação (INEP) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).[...]	DIAS, Elaine Teresinha Dal Mas; BAUER, Carlos; PINHEIRO, Leandro Rogério; PERONDI, Maurício. Esperanças renovadas: perspectivas e proposições. Cadernos de Pós-graduação, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 1–4, 2022. DOI: 10.5585/cpg.v21n2.23403. Disponível em: https://periodicos.uninove.br/cadernosdepos/article/view/23403. Acesso em: 26 nov. 2025.

24	O objetivo desse ensaio foi analisar os contextos das reformas educativas brasileiras nos últimos anos, apontando as implicações dessas políticas educacionais para precarização da formação cidadã da juventude e, por fim, problematizar a organização coletiva de resistências contra esse modelo neoliberal de ensino. Essas análises terão como centralidade a problemática da Educação Física no Ensino Médio. Nesse contexto, será feita a defesa que o professorado do componente curricular necessita participar coletivamente do debate político, com a intencionalidade de disputar as intencionalidades da formação dos(das) jovens e fomentar uma prática político-pedagógica progressista que busque a transformação das injustiças sociais. Por fim, finalizo essas reflexões apontando que um primeiro passo para efetivar uma educação de qualidade em todo o território brasileiro pode ser formulado a partir de um entendimento profundo sobre a sistematização da política educativa do Ensino Médio produzida pelos Institutos Federais e as ações educativas organizadas pelos(as) docentes de Educação Física nesse contexto educativo.	Educação Física no Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular: Contextos, implicações e resistências. Ambiente: Gestão e Desenvolvimento, [S. l.], p. 70–84, 2023. DOI: 10.24979/3arweh54. Disponível em: https://periodicos.uerr.edu.br/index.php/ambiente/article/view/1105. Acesso em: 26 nov. 2025.
25	A obra “Juventudes Brasileiras – questões contemporâneas” apresenta estudos diversos sobre as Juventudes, considerada como tema atual e fértil para investigação. É uma área do saber complexa, plural e que instiga muita reflexão, principalmente, em um país tão diverso como o Brasil. O livro, publicado em 2021, é organizado por Victor Hugo Nedel Oliveira e Rosane Castilho e composto por 15 textos, além da Apresentação. Todos os capítulos tiveram, como contexto, a relação dos jovens no meio social atual. O livro tem aproximadamente 27 pesquisadores e envolve mais de 19 instituições. O primeiro capítulo, de Victor Hugo Oliveira e Andreia dos Santos, intitulado “‘Gripezinha? Não! Algo muito grave e preocupante’: as percepções de jovens de Porto Alegre (RS) em relação à pandemia da Covid-19”, aborda percepções e preocupações dos jovens em relação à pandemia. O estudo demonstrou que os jovens, em sua maioria, têm conhecimento sobre a importância das medidas protetivas para diminuir a disseminação do covid-19 e apontam a despreocupação do governo e seu negacionismo sobre a pandemia. O texto afirma que os jovens estão atentos a sua realidade social, com percepção e preocupação social, já que isso afeta direta e significativamente suas vidas. [...]	FÁVERO, Altair Alberto; ALMEIDA DOS SANTOS, Douglas Francisco; LIMANA PUIATI PAGLIARIN, Lidiane. Estudos sobre desafios atuais e perspectivas para as juventudes brasileiras. EccoS – Revista Científica, [S. l.], n. 60, p. e21567, 2022. DOI: 10.5585/eccos.n60.21567. Disponível em: https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/21567. Acesso em: 26 nov. 2025.

26	Questões de gênero, heteronormatividades e o machismo estrutural ainda estão arraigadas a comportamentos e atitudes que causam sofrimento ou exigem grande resiliência das mulheres. Se faz necessário ponderar sobre a inserção feminina no Ensino Técnico e Profissionalizante, discutindo os desafios, resistências e táticas para efetivação de uma carreira profissional. Apresentamos a trajetória de uma estudante da então Escola Técnica Federal de Santa Catarina nos anos de 1980, e pretendemos responder com esse trabalho: como a realização da formação Técnico em Mecânica para uma mulher significa uma ruptura do destino esperado? Sua trajetória é relevante para discutir os valores de feminilidade durante sua infância e juventude, os quais em certa medida são questionados ao escolher o curso de formação Técnico em Mecânica.	GARCIA, S. S. L. .; MACHADO DA CONCEIÇÃO, D.; VAZ, A. F. Uma trajetória feminina na Educação Profissional e Tecnológica: tática e agência. Plurais - Revista Multidisciplinar, Salvador, v. 7, p. 1–16, 2022. DOI: 10.29378/plurais.2447-9373.2022.v7.n.14082. Disponível em: https://www.revistas.uneb.br/plurais/article/view/14082. Acesso em: 26 nov. 2025.
27	O objetivo deste texto é analisar as principais orientações políticas para o ensino médio no Brasil, no período de 1998 a2012.Apresenta-se o resultado de uma pesquisa exploratória,deanálisecríticadocumentalnaqualforamselecionadosquatrodocumentos,sendodoisoficiaisdo Ministério daEducação(MEC)edoisproduzidospelaOrganizaçãodasNaçõesUnidades para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) noperíodo analisado. Enunciados dos documentos evidenciam asprincipais categorias políticas que foram consideradas comoprincipaiseixosdapolíticadelineadaparaoensinomédionesseperíodo. Os resultados denotam a comprovação de que os 14anos, antecedentes à atual Reforma do Ensino Médio, Lei n.º13.415/2017, foram prenúncios de um avanço empresarial econservador naformaçãoescolar dajuventudebrasileira.	GONÇALVES, Leonardo Dorneles; MOREIRA, Jani Alves da Silva. Análise das orientações políticas para o ensino médio no Brasil (1998-2012): ofensiva empresarial-conservadora sobre a formação da juventude. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 22, n. 00, p. e022004, 2022. DOI: 10.20396/rho.v22i00.8659809. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8659809. Acesso em: 27 nov. 2025.
28	Este artigo traz reflexões de crianças que, junto com adultos, atuam em movimentos de luta por outro modo de viver e de morar em um território conhecido como Mercado Sul VIVE, em Taguatinga, no Distrito Federal, Brasil. A partir de um trabalho etnográfico acerca de suas brincadeiras, procura-se explorar as potencialidades de suas reflexões e de suas intervenções em um mundo no qual a propriedade privada não ameaça a vida e suas potencialidades. Intenta-se demonstrar a constituição lúdica de sua formação política e o poder transformador da brincadeira diante de violentas experiências de segregação espacial e punição estatal.	https://revistas.ufrj.br/index.php/desidades/article/view/45753

29	O presente artigo busca analisar a participação das crianças no Movimento Sem Terra, de forma a discutir sua condição de ator político, a partir da discussão de três eventos voltados para a organização e formação política das crianças Sem Terrinha. Tem-se em vista apreender a singularidade das ações políticas infantis, suas linguagens, entendendo que tais ações ocorrem no interior de relações intergeracionais de poder entre adultos e crianças do movimento social. Verificou-se que as crianças, ao longo do processo de ação e formação política, demandam do movimento social a construção de experiências formativas identificadas com suas linguagens, bem como sua participação na coordenação e nos processos decisórios do movimento social.	https://revistas.ufrj.br/index.php/desidades/article/view/62038
30	O artigo tem como objetivo analisar os processos de formulação e implementação do Novo Ensino Médio, particularizando o caso do estado do Rio de Janeiro. Trata-se de um processo de disputa pela direção e concepção de um projeto de formação escolar travado entre vários sujeitos. Foi realizado um levantamento dos principais instrumentos normativos que sustentam o Novo Ensino Médio, bem como a reconstituição histórica em âmbito federal do confronto pelo protagonismo dessa política educacional. Posteriormente, foi exposta um recorte da trajetória mais recente da rede estadual de educação do Rio de Janeiro, em que foi constatado que já havia ações que muito se aproximavam da perspectiva formativa do atual ensino médio. Nas seções adiante, o texto se deteve em trazer pormenorizadamente o processo específico do estado do Rio de Janeiro, tanto o momento de formulação das bases que consolidaram o Novo Ensino Médio quanto a implementação nas escolas em 2022. Conclui-se que foi um processo de pouca participação da comunidade escolar como um todo e que oferta uma matriz curricular que esvazia de conhecimentos científicos a formação da juventude da classe trabalhadora.	https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php/acervo/buscaador.html?task=detalhes&source=all&id=W4382728146
31	O presente artigo tem por objetivo fazer uma reflexão sobre o ensino de Geografia na Educação do Campo. Nessa perspectiva, buscamos apresentar as considerações de vários pesquisadores sobre o tema e ainda compreender como essas políticas de educação tão diferenciadas têm se relacionado com a política nacional de educação, considerando que o estado brasileiro tem apresentado muitas idas e vindas em sua construção democrática. Não esquecendo os avanços e retrocessos sofridos pela educação nacional com os quais os camponeses não foram inseridos como sujeitos, e sim como elementos importantes ao crescimento econômico, na perspectiva de superar os efeitos gerados pelas correlações de forças entre o capital e o campo. Os camponeses não tinham influência para com a economia de exportação, não conseguiam ser ouvidos em suas demandas específicas. Motivo pelo qual a população camponesa buscou se organizar e lutar por seus direitos. Direito a ter direito. Inclusive no que se refere à política pública de Educação que chega ao campo com o mesmo currículo da cidade e prepara a juventude que	MACHADO, F. A.; XIMENES, A. V. S. F. M. REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO DO CAMPO E O ENSINO DE GEOGRAFIA. Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS), [S. l.], v. 25, n. 1, p. 1–16, 2023. DOI: 10.35701/rcgs.v25.960. Disponível em: //rcgs.uvanet.br/index.php/RCGS/article/view/960. Acesso em: 26 nov. 2025.

	busca emprego para trabalhar no agronegócio, a Educação do Campo propõe formação para melhorar as condições de vida no campo e decisão política.	
32	O objetivo deste ensaio teórico é articular uma discussão entre meios populares, patrimônio disposicional e aprendizagem situada, propondo um modelo teórico para pesquisas futuras. Sugere-se que o patrimônio disposicional dos jovens de meios populares (inclinações, comportamentos e práticas sociais) seja forjado em trajetórias individuais e contextuais, implicando o processo de aprendizagem situada e a socialização. A proposta traz contribuições para a compreensão sobre juventude de uma perspectiva sociológica e de práticas sociais, diferentemente de pesquisas conduzidas no mainstream da Administração, que tendem a focalizar a formação profissional e inserção dos jovens no mercado de trabalho do ponto de vista do comportamento organizacional. Após a articulação entre os conceitos, aponta-se um modelo teórico que pode orientar estudos empíricos. Ao fim, são apresentadas algumas possibilidades para a condução dessas pesquisas.	MORAES, J. P.; COSTA, S. D. M.; HELAL, D. H.. Juventudes, patrimônio disposicional e aprendizagem situada: proposição de um modelo teórico para pesquisas. Cadernos EBAPE.BR, v. 21, n. 2, p. e2022-0130, mar. 2023.
33	Este artigo tem como objetivo analisar a Reforma do Ensino Médio, sancionada pelo ex-presidente Michel Temer, em um primeiro momento, por meio da Medida Provisória MP746/16 e ratificada pela Lei nº 13.415/2017. Desse modo, através de pesquisa bibliográfica e documental, propõe uma reflexão sobre as implicações dessa Reforma para a formação escolar em nível de ensino médio para a juventude brasileira. Os resultados da análise apontam para o caráter antidemocrático da Reforma, bem como para a manutenção da desigualdade entre as classes sociais no que se refere ao direito ao acesso à educação pública de qualidade, socialmente referenciada, para todos.	RESENDE, Fernanda Motta de Paula; GALVÃO, Flávia Motta de Paula; GUEDES, Maria Denise; BIANCHINI, Angelo Rodrigo. Neoliberalismo e reforma do ensino médio brasileiro: ofensiva à democracia e aprofundamento das desigualdades sociais. Revista Educação e Políticas em Debate, [S. l.], v. 11, n. 3, p. 929-943, 2022. DOI: 10.14393/REPOD-v11n3a2022-66312 . Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/66312 . Acesso em: 26 nov. 2025.
34	Neste artigo analisaremos o percurso de Clóvis Moura (1925-2003) em seus anos de formação intelectual e política, a saber: a juventude em Salvador e Juazeiro da Bahia nos anos 1940. Trata-se de uma etapa, da trajetória do autor, que antecede sua consagração como historiador e sociólogo marxista dedicado às insurreições negras no Brasil escravista e à luta antirracismo e anticapitalismo no pós-abolição. Abordaremos um período no qual a literatura e atividades culturais na esfera do então Partido Comunista do Brasil (PCB) são elementos de grande relevância, ou mesmo centrais, na vida social de Moura, embora a História e a Sociologia já apareçam como temas de seu interesse. As referências intelectuais e políticas presentes na correspondência do autor no referido período nos informam sobre suas escolhas, revelam elementos de seu ambiente social, e nos permitem compreender melhor o processo de sua	ROCHA, G. dos S. Clóvis Moura: sociabilidade e formação intelectual (1940-1950). Revista Sem Aspas, Araraquara, v. 10, n. 00, p. e021020, 2021. DOI: 10.29373/sas.v10i00.15871. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/semaspas/article/view/15871 . Acesso em: 26 nov. 2025.

	produção nos anos posteriores.	
35	O acesso ao ensino superior no Brasil, historicamente, só foi aberto para um grupo de elite e, portanto, tornado inacessível para a maioria da Juventude. Este cenário pode ser explicado pelo poder da elite escravocrata que marcou a formação da sociedade brasileira, assim como a implementação tardia de programas de ensino superior que, por sua vez, visavam quase exclusivamente a educação de membros dessa elite. Este artigo tem como objetivo apresentar dados em uma perspectiva de macro análise, os avanços e limites do processo dessa democratização do ensino superior no Brasil a partir das políticas de expansão e ação afirmativa adotadas na virada do século XX para o início do século XXI. Os dados aqui reunidos resultam de dois projetos nacionais de pesquisa, o primeiro coordenado pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) denominado “Ações Afirmativas: Ensino, Pesquisa e Extensão na perspectiva da educação das relações étnico-raciais” financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) no período de 2015 a 2017 e o segundo denominado “Ações Afirmativas no Ensino Superior: continuidade acadêmica e mundo do trabalho” financiado pelo Ministério da Educação (MEC) e coordenado pelo Programa de Ações Afirmativas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Concluímos que talvez o desafio mais importante deste momento, diz respeito às ameaças que pairam sobre a própria continuidade das Políticas de Ações Afirmativas em âmbito nacional. Estamos em meio ao processo de revisão para 2022 de avaliação nacional desta política.	RODRIGUES, Tatiane Cosentino; SANTOS, Fernanda Vieira da Silva; CRUZ, Ana Cristina Juvenal da. Da desigualdade à democratização do acesso à Universidade: políticas públicas e educacionais no Brasil. Revista Educação e Políticas em Debate, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 47–62, 2022. DOI: 10.14393/REPOD-v11n1a2022-64898. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/64898. Acesso em: 26 nov. 2025.
36	Tratando de duas instituições públicas de ensino secundário de Campina Grande-PB, o Colégio Estadual da Prata (1953) e a Escola Normal Estadual (1960), o artigo discute o prestígio social das duas instituições, destacando as solenidades de inauguração dos prédios e o alunado de cada uma delas, nas respectivas primeiras décadas de funcionamento. Os achados provêm de matérias veiculadas em jornais do estado, bem como das fichas individuais dos alunos, disponíveis nos arquivos das instituições. A cobertura jornalística e a dimensão política das solenidades de inauguração dos prédios constituem forte indício do prestígio social do Colégio Estadual e da Escola Normal. Já o seu alunado foi constituído de jovens (rapazes e moças) oriundos de família tradicionais da elite campinense e regiões circunvizinhas. Tais achados permitem considerar que a trajetória das instituições, no período aqui analisado, evidencia a tensão entre elitização e democratização do ensino secundário campinense, nas décadas de 1950-1960.	RODRIGUES, Melânia Mendonça; LIMA, Niédja Maria Ferreira de; SILVA, Vivia de Melo. Instituições públicas de formação da juventude campinense (1950-1960): democratização ou elitização?. Cadernos de História da Educação, [S. l.], v. 21, n. Contínua, p. e085, 2022. DOI: 10.14393/che-v21-2022-85. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/65156. Acesso em: 26 nov. 2025.

37	Francisco Gutierrez (1928-2016), o autor da obra <i>Linguagem total: uma pedagogia dos meios de comunicação</i>, é um dos pioneiros da associação entre educação e comunicação, que embasou a ciência da Pedagogia da Comunicação, ou dos meios de comunicação. No Brasil, esta Pedagogia foi denominada por alguns, como “Educomunicação”. Gutierrez nasceu na cidade espanhola de Burgos. Licenciado em Educação, dedicou-se, na pós-graduação, à pesquisa de temas como os meios de comunicação e a Pedagogia da Linguagem Total. Foi bolsista do governo francês e estudou na Universidade Complutense de Madri, onde concluiu o doutorado em Pedagogia (1977) para, depois, atravessar o Atlântico e viver a práxis de seu pensamento libertário na América Latina. O caráter contemporâneo de seus temas ganhou a esfera mundial com a publicação de obras como <i>El lenguaje total</i> (1972), que deu origem a essa versão brasileira <i>Linguagem total: uma pedagogia dos meios de comunicação</i> (1978) e publicada em outros idiomas <i>Total language: a new approach to education</i> (1973), <i>El lenguaje total: vocabulário</i> (1972). Dentre suas obras mais lidas no Brasil, encontra-se <i>Educação como práxis política</i> (1988), também publicada pela Summus. Dentre as mais recentes publicações brasileiras estão: <i>A mediação pedagógica</i> (1994), pela Editora Papirus, e <i>a Educação comunitária e economia popular</i> (2021), que foi publicada pela Editora Cortez, após sua morte. [...]	ROMBOLI, Magali Seravalli. GUTIERREZ, Francisco. <i>Linguagem total: uma pedagogia dos meios de comunicação</i>. Tradução Wladimir Soares. São Paulo: Summus Editorial, 1997. EccoS – Revista Científica, [S. l.], n. 59, p. e21103, 2021. DOI: 10.5585/eccos.n59.21103. Disponível em: https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/21103. Acesso em: 26 nov. 2025.
38	O presente trabalho tem como objetivo analisar, à luz da historiografia política renovada, as articulações e estratégias políticas adotadas pelos atores leigos e religiosos, partícipes da trajetória inicial do Partido dos Trabalhadores ponta-grossense, na busca pelo poder local. Como indicadores dessas estratégias, serão trazidas à baila duas situações específicas. A primeira, a formação do PT local, quando parte da militância católica ligada à Pastoral Universitária (PU) e à Pastoral da Juventude (PJ) é inserida ativamente na fundação e desenvolvimento do partido, mesmo que às margens da posição do episcopado. A segunda, representando o ápice dessa estratégia, a candidatura de padre Roque Zimmermann M.S.F. para a prefeitura de Ponta Grossa em 1992, demonstrando a tentativa do PT local em ampliar suas bases eleitorais para além dos redutos já conhecidos. Os diálogos entre política e religião presentes neste artigo serão estabelecidos a partir dos escritos de Rémond, Coutrot, Berstein e Rosanvallon.	SILVA, Edson Armando; GONÇALVES, Ricardo Enguel. Em nome do partido, da militância e da transformação social: a participação católica no Partido dos Trabalhadores da cidade de Ponta Grossa - PR (1980-1992). <i>Revista de Ciências do Estado, Belo Horizonte</i>, v. 7, n. 2, p. 1–26, 2022. DOI: 10.35699/2525-8036.2022.39286. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/revise/article/view/e39286. Acesso em: 26 nov. 2025.

39	O texto originou-se de exposição por mim realizada por ocasião do lançamento da Revista Trabalho Necessário, número 42, de 2022, organizada por Rodrigo Lamosa e Marco Lamarão, cujo tema é O empresariamento da educação e o Estado-educador. Refere-se ao processo metarreflexivo sobre as análises apresentadas no volume pelos vários autores, tendo em vista assinalar as tendências e contribuições acerca do tema, ressaltadas as divergências teóricas. É comum às abordagens a defesa incontestada da escola pública em todas as suas formas, e a análise das estratégias da burguesia para a formação da juventude trabalhadora. São tratados os Aparelhos Privados de Hegemonia; as organizações multilaterais; os aparelhos de Estado; as TICs. No que toca diretamente ao assunto do dossiê, os autores discutiram empresariamento, privatização, mercantilização, mercadorização, financeirização, comoditização, relação público-privado, filantropização, capitalização, flexibilização e comercialização, evidenciando-se que são muitas as formas de refletir sobre a presença do capital na determinação das políticas educacionais no Brasil.	TRABALHO, EDUCAÇÃO E POLÍTICA: DIÁLOGO COM O NÚMERO 42 DA REVISTA TRABALHO NECESSÁRIO. Revista Trabalho Necessário, [S. l.], v. 21, n. 45, p. 01–12, 2023. DOI: 10.22409/tn.v21i45.58769. Disponível em: https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/58769. Acesso em: 26 nov. 2025.
40	Este artigo trata do “novo” Ensino Médio e suas implicações para a educação e para a sociedade. Considerando que vivemos em uma sociedade de classes, na qual a neutralidade é impossível, as políticas educacionais, como é o caso da Reforma do Ensino Médio e da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, não têm o mesmo significado para os indivíduos situados em diferentes classes sociais. Diante disso, o problema que orienta essa pesquisa está em compreender, o atual contexto de desenvolvimento do capital, as implicações dessas políticas e reformas educacionais para a classe detentora do poder, a burguesia, e para os trabalhadores, desprovidos da propriedade dos meios de produção e, por outro, apontar os desafios que se colocam para os educadores comprometidos uma educação com qualidade socialmente referenciada. Este trabalho, parte de uma pesquisa de doutorado que se encontra em andamento e tem um caráter bibliográfico e documental. Conclui-se que a subordinação política empresarial tem desqualificado o trabalho docente e a formação da juventude brasileira, especialmente os filhos e filhas da classe trabalhadora que dependem exclusivamente da escola para o acesso aos conhecimentos históricos, sendo uma tarefa dos educadores a luta pela mudanças políticas e pela superação da fragmentação do conhecimento.	TRINDADE, Debora Cristine; ORSO, Paulino José. O “novo” Ensino Médio e suas implicações socioeducacionais. Roteiro, [S. l.], v. 49, p. e34204, 2024. DOI: 10.18593/r.v49.34204. Disponível em: https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/34204. Acesso em: 26 nov. 2025.

41	O presente artigo tem por objetivo analisar a contribuição da produção acadêmico-científica da Linha 1 do Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia: Formação de Professores e Organização do Trabalho Pedagógico nas Escolas do Campo. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental que utilizou fontes primárias a partir do levantamento dos produtos finais elaborados pelos(as) egressos(as) da supracitada Linha de Pesquisa. Para tanto, realizou-se uma discussão teórica acerca das seguintes categorias: Formação de Professores e Organização do Trabalho Pedagógico na Educação do Campo. Conforme as análises das produções acadêmicos-científicas, identificou-se que os 56 produtos se encontram distribuídos nos nove grupos temáticos que compõem a referida linha de pesquisa, a saber: Escola do Campo; Processos de alfabetização; Escolarização e profissionalização no/do campo; Formação de professores(as); Diversidade Étnico-Racial nas Escolas do Campo; Acesso e permanência da Juventude Campesina à Universidade; Gestão de Projetos Institucionais e Financiamento da Educação, Organização Política e Trabalho Docente. Nesse sentido, os trabalhos analisados configuram investigações acadêmicas capazes de promover outras formas de implementação do trabalho docente nas escolas do campo alinhadas ao projeto educativo da Educação do Campo. Além disso, o estudo possibilitou identificar as contribuições das produções acadêmicos-científicas para o fortalecimento das organizações populares e movimentos sociais do campo, bem como das ações pedagógicas nas diversas redes de educação pública na Bahia, no Nordeste e no Brasil.	VERDÉRIO, A.; ZDEBSKI DA SILVA, J.; DE OLIVEIRA SANTOS CORDEIRO, K. Formação de professores(as) e organização do trabalho pedagógico nas Escolas do Campo: problematizações a partir de uma linha de pesquisa do PPGEDUCAMPO/UFRB. CADERNOS DE PESQUISA: PENSAMENTO EDUCACIONAL, v. 19, n. 52, p. 63-81, 29 ago. 2024.
42	A juventude rural, que até então era invisível nas políticas públicas, passa a ter protagonismo como novo ator social demandante de ações e estratégias específicas. Dito isso, o objetivo deste artigo é analisar os mecanismos institucionais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) na aplicação das políticas públicas para os jovens rurais. Para tal, realizou-se pesquisa documental com base nos relatórios elaborados no Projeto Transformar, desenvolvida pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG), no período de 2006 a 2012, e a Semana da Juventude Rural, realizada na Universidade Federal de Viçosa (UFV), no período de 2009 a 2019, além de entrevistas com os funcionários públicos da EMATER-MG. O Projeto Transformar, apesar dos dados incompletos, esta política pública atendeu a maioria dos municípios da Zona da Mata. A Semana da Juventude Rural teve maior relevância devido à logística, maior espaço da Universidade e à distribuição das oficinas em diferentes áreas temáticas, dentre as quais se destacam Engenharia Agrícola, Construção Civil e Fitotecnica. Em relação ao corpo técnico, os servidores explanaram os pontos fortes das duas políticas públicas analisadas, sobretudo, através dos cursos ministrados, para que os jovens	VIANNA BAHIENSE, Douglas; LOUZADA VIEIRA, João Paulo; ANDRADE, Marco Paulo; CRUZ GUIMARÃES, Margareth do Carmo. Atividades institucionais da extensão rural pública para a formação dos jovens na Zona da Mata Mineira. Desenvolvimento Socioeconômico em Debate, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 37–52, 2021. DOI: 10.18616/rdsd.v7i1.6131. Disponível em: https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/RDSD/article/view/6131. Acesso em: 27 nov. 2025.

	alcancem sua autonomia.	
43	O propósito do estudo foi examinar as ramificações de uma política pública no domínio da juventude em um sistema de formação profissional. Para essa finalidade, foi considerado o Programa de Aprendizagem Profissional, que foi implementado em um município do interior de São Paulo a partir de 2019. A coleta de informações foi conduzida por meio desse Programa, através da aplicação de questionários aos Jovens Aprendizes inscritos nos cursos oferecidos pelo SENAI-SP. Com base nos dados coletados, o objetivo era verificar a conformidade do mencionado Programa com as orientações estabelecidas pelo Sistema Nacional da Juventude (SINAJUVE). A trajetória dos Jovens Aprendizes foi examinada para compreender os resultados do programa de formação profissional e, concomitantemente, avaliar a eficácia das políticas públicas implementadas, especialmente a coordenação proposta pelo Sistema Nacional da Juventude. Por último, uma avaliação do impacto social e acadêmico do programa na vida dos Jovens Aprendizes foi conduzida.	ZAVISTOSKI, A. J. P.; BASSETTO, C. F.; GUEDES, A. M. Implicações do Sistema Nacional da Juventude no Programa Jovem Aprendiz: Um estudo de caso. Revista on line de Política e Gestão Educacional, Araraquara, v. 27, n. 00, p. e023067, 2023. DOI: 10.22633/rpge.v27i00.18420. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/18420. Acesso em: 26 nov. 2025.